



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

ADEILZA PEREIRA WANDERLEY

**EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA EM ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO
MUNICÍPIO DE MOSSORÓ/RN**

MOSSORÓ/RN

2022

ADEILZA PEREIRA WANDERLEY

**EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA EM ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO
MUNICÍPIO DE MOSSORÓ/RN**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, com o objetivo de obtenção de diploma de Graduação em Pedagogia.

Orientador: Prof. Me. Alexsandro Donato Carvalho.

MOSSORÓ/RN

2022

© Todos os direitos estão reservados a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do(a) autor(a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu(a) respectivo(a) autor(a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

W245e Wanderley, Adeilza Pereira
Educação para a cidadania em escolas da educação básica do município de Mossoró-RN. / Adeilza Pereira Wanderley. - Mossoró, 2022.
70p.

Orientador(a): Prof. Me. Alexsandro Donato Carvalho.
Monografia (Graduação em Pedagogia). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

1. Educação básica. 2. Formação cidadã. 3. Propostas pedagógicas. 4. Prática docente. 5. Educação por competência. I. Carvalho, Alexsandro Donato. II. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. III. Título.

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pela Diretoria de Informatização (DINF), sob orientação dos bibliotecários do SIB-UERN, para ser adaptado às necessidades da comunidade acadêmica UERN.

ADEILZA PEREIRA WANDERLEY

**EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA EM ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO
MUNICÍPIO DE MOSSORÓ/RN**

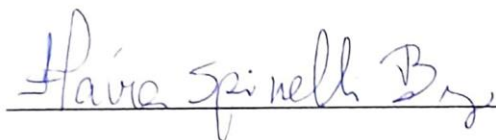
Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de Educação, da
Universidade do Estado do Rio Grande do
Norte, com o objetivo de obtenção de
diploma de Graduação em Pedagogia.

APROVADA EM: 14 / 05 / 2022

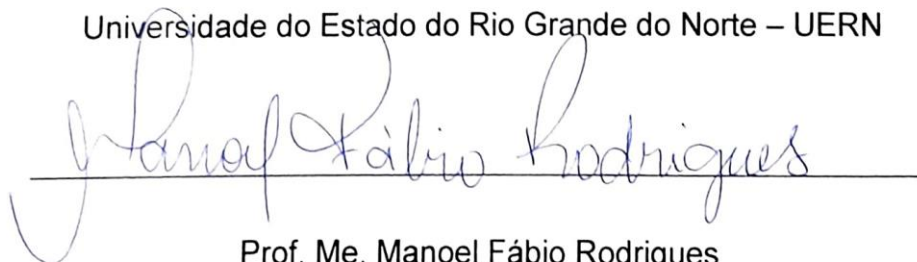
BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. Alexandre Donato Carvalho (Orientador)
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN



Profa. Dra. Flávia Spinelli Braga
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN



Prof. Me. Manoel Fábio Rodrigues
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

À minha família, amigos e professores.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus em primeiro lugar por ter me concedido a graça de realizar esse sonho. Sem Ele, nada seria.

Agradeço à minha família por todo apoio que me foi destinado. Em especial ao meu esposo, Erivan Alves, que tantas vezes segurou minhas mãos e enxugou minhas lágrimas em momentos em que a esperança parecia não mais existir. Sempre me incentivou com muito amor, paciência, e não me deixou desistir. Aos meus pais, Eliane Wanderley e Adeilson Wanderlei; à minha avó, Elisa Wanderley, que sempre procuraram fazer o possível e o impossível para que eu chegasse até aqui. Ao meu avô, Raimundo Wanderley (in memoriam), que sempre esteve torcendo e incentivando para que corresse atrás de meus sonhos. Parte meu coração saber que não pôde estar comigo no final dessa trajetória, momento que já estava tão próximo.

Sou muito grata pelas amizades que cultivei durante esses anos de faculdade, com agradecimentos especiais a Débora Kelly Maia de Sousa e Maria Eduarda Ferreira de Oliveira, por me apoiarem, pelos momentos que posso chamar de verdadeira terapia para meus momentos de ansiedade. Nos momentos mais difíceis, de grande demanda de trabalhos, de noites mal dormidas, independente dos problemas que pudessem estar vivendo em suas vidas pessoais, encontraram tempo e disposição para me proporcionar tanta leveza, orientação e gás para que eu conseguisse seguir em frente.

Agradeço ao Professor Alexsandro Donato, por toda orientação nesse processo, todo o conhecimento, apoio, cuidado, tempo e paciência que reservou a mim. Por toda a tranquilidade que transmitiu, me ajudando a manter a calma durante essa difícil jornada. Não poderia ter escolhido melhor orientador.

Agradeço também aos demais professores que estiveram presentes nessa caminhada e a todos os membros da Faculdade de Educação. Agradeço à UERN pela oportunidade de estar vivenciando o sonho do ensino superior. Às professoras e escolas que se dispuseram a participar desse trabalho. E a todos que, de alguma forma, contribuíram para a concretização desse sonho.

A todos, meu muitíssimo obrigada!

*“Há escolas que são gaiolas e há
escolas que são asas.*

*Escolas que são gaiolas existem para que
os pássaros desaprendam a arte do vôo.
Pássaros engaiolados são pássaros sob
controle. Engaiolados, o seu dono pode
levá-los para onde quiser. Pássaros
engaiolados sempre têm um dono.
Deixaram de ser pássaros. Porque a
essência dos pássaros é o vôo.*

*Escolas que são asas não amam
pássaros engaiolados. O que elas amam
são pássaros em vôo. Existem para dar
aos pássaros coragem para voar. Ensinar
o vôo, isso elas não podem fazer, porque
o vôo já nasce dentro dos pássaros. O
vôo não pode ser ensinado. Só pode ser
encorajado”.*

Rubem Alves

RESUMO

A pesquisa aborda o tema educação para a cidadania, que há muito vem sendo discutido no Brasil e no mundo, tornando-se popular em virtude da enorme cobrança depositada na escola para formar o cidadão crítico e responsável no mundo contemporâneo. Mais especificamente, apresenta um estudo sobre a educação para a cidadania na educação básica do município de Mossoró/RN. Caracterizada como pesquisa qualitativa de caráter exploratório, tendo por objetivo geral compreender como a educação para a cidadania está ocorrendo no município de Mossoró. Para isso, investiga as práticas docentes, e as propostas pedagógicas no Projeto Político Pedagógico – PPP voltadas para a formação cidadã. Teve como campo de pesquisa 2 escolas públicas estaduais de Mossoró, cujos sujeitos da pesquisa foram professores que atuam em salas de 4º e 5º ano do Ensino Fundamental. Um questionário online via Google Forms foi aplicado com esses professores a fim de saber quais práticas desenvolvem para a educação cidadã, assim como foi realizada a leitura do PPP, para saber quais são as propostas das escolas para a formação do cidadão. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica para aproximação do tema, e apresentar o percurso histórico de construção do conceito de cidadania, deste a antiguidade clássica até as Revoluções Burguesas, bem como a construção do conceito em terras brasileiras, discorrido na primeira parte deste trabalho, tendo como principais referências Carvalho (2018); Funari (2003); Guarinello (2003); Karnal, (2003); Odalia, (2003) e Mondaini (2003). Posteriormente, foi realizada uma discussão acerca da relação que se estabelece entre a educação e o tema da cidadania, com base, principalmente, em Perrenoud (2005) e Serrano (2002). Em seguida, apresenta as contribuições das escolas e de professores que, gentilmente, colaboraram com a pesquisa. A partir da análise do PPP e das falas das professoras, é possível conhecer o modo como as escolas e professores estão desenvolvendo seus trabalhos para a formação cidadã, e concluir que a formação para a cidadania em Mossoró/RN é prioridade, tanto para as escolas, quanto para professores, e está ocorrendo em parceria entre a escola e comunidade, em um processo que prioriza o diálogo e a conscientização dos alunos, frente às questões sociais, e pessoais de cada um.

Palavras-chave: Educação básica. Formação cidadã. Propostas pedagógicas. Prática docente. Educação por competência.

ABSTRACT

The following research addresses the problematic of education for citizenship, which has been discussed for a long time in Brazil and in the world, becoming popular due to the huge charge deposited in the school to form the critical and responsible citizen in the contemporary world and presents a study on education for citizenship in basic education in the city of Mossoró/RN. Characterized as an exploratory qualitative research, with the general objective of understanding how citizenship education is taking place in the municipality of Mossoró. Therefore, it investigates the teaching practices, and the pedagogical proposals in the Projeto Político Pedagógico - PPP aimed at citizen formation. The research field was 2 state public schools in Mossoró, whose research subjects were teachers who work in 4th and 5th grade classrooms of Elementary School. An online questionnaire via Google Forms was applied to these teachers in order to know what practices they develop for citizen education, as well as the reading of the PPP, to know what the schools' proposals are for the formation of the citizen. A bibliographical research was carried out to approach the theme, and to present the historical path of construction of the concept of citizenship, from classical antiquity to the Bourgeois Revolutions, as well as the construction of the concept in Brazilian lands, discussed in the first part of this work, having as main references Carvalho (2018); Funari (2003); Guarinello (2003); Karnal, (2003); Odalia, (2003) and Mondaini (2003). Subsequently, a discussion was held about the relationship established between education and the issue of citizenship, based mainly on Perrenoud (2005) and Serrano (2002). Following presents the contributions of schools and teachers who kindly collaborated with the research. From the analysis of the PPP and the teachers' statements, it is possible to know how schools and teachers are developing their work for citizen education, and to conclude that training for citizenship in Mossoró/RN is a priority, both for schools, as well as for teachers, and it is taking place in partnership between the school and the community, in a process that prioritizes dialogue and student awareness, in the face of social and personal questions of each one.

Keywords: Basic education. Citizen formation. Pedagogical proposals. Teaching practice. Competency education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
2 CIDADANIA: UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA	14
2.1 Da Antiguidade Clássica às Revoluções Burguesas.....	14
2.2 Cidadania no Brasil	26
3 EDUCAR PARA A CIDADANIA NO ÂMBITO ESCOLAR	31
3.1 A questão da cidadania no contexto educacional brasileiro.....	35
3.2 Educação por competências: pela liberdade, solidariedade e democracia	38
4 CIDADANIA NO CONTEXTO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE MOSSORÓ/RN ..	42
4.1 Caracterização das escolas e sujeitos da pesquisa.....	42
4.2 Projeto Político Pedagógico: propostas para uma formação cidadã	45
4.3 Cidadania nas escolas: fala de professoras.....	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS	65
APÊNDICE	69

INTRODUÇÃO

O termo cidadania tem ganhado mais atenção e espaço para discussão no Brasil há algumas décadas, mais precisamente entre as décadas de 1960 e 1970, conforme aponta Manzini-Covre (2001). O que há por trás da popularização desse tema em nosso meio? Ferreira (1993) nos ajuda a entender que tal agitação se deva primeiro ao contexto de Ditadura Militar pelo qual o país estava passando na década de 1960, segundo por causa da implementação da Lei de Diretrizes e Bases N.º 5692/71, voltada para a educação de 1º e 2º graus, que em seu Art. 1º determina como um dos objetivos o preparo para o exercício consciente da cidadania. Dúvidas sobre como educar para a cidadania, ironicamente em um período em que a democracia e a cidadania estavam sendo duramente atacadas, começavam a desinquietar educadores, pesquisadores da época, estendendo-se até os dias de hoje.

Mas o que é cidadania? O que significa ser cidadão? Quais as origens desse termo? Podemos defini-lo? Tais questionamentos podem ser mais difíceis de responder do que realmente parece, afinal cidadania não é um conceito estanque e vem sendo construído ao longo da história, tendo como característica a flexibilidade e uma vasta possibilidade de expansão do significado, dos direitos e dos sujeitos que podem receber o status de cidadão.

O que se sabe, atualmente, é que ser cidadão significa estar em uma posição que demanda muita responsabilidade, consciência e conhecimento para escolher seus representantes, para cumprir os seus deveres perante a sociedade, bem como para exigir e assegurar os seus direitos, assim como os de outros e “participar no destino da sociedade” (PINSKY, 2003, p.09). Tais características devem ser construídas durante o processo de formação do sujeito, desde a mais tenra idade, visto que muita coisa, senão todas, que se aprendem na infância é mais sólido e difícil de modificar.

Sendo a escola uma das instituições fundamentais para a formação dos sujeitos, a sociedade precisa voltar os olhos para entender como ela está preparando os alunos para a cidadania: como os professores atuam para garantir os

conhecimentos e preparo necessários para a formação de cidadãos, e assim contribuir para exigir, melhorar e garantir a formação cidadã para nossos alunos.

A Constituição Federal de 1988, no artigo 205, entre outras disposições, estabelece que deve ser objetivo da educação brasileira a formação para a cidadania. Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, enquanto documentos norteadores da educação, já carregavam em si o objetivo de formar para a cidadania. Atualmente, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC também está em sintonia com a Constituição e aponta para o objetivo comum: formar cidadãos.

Muito se discute sobre inclusão, respeito à diversidade, tolerância, enfim, diversos temas que visam à boa e saudável convivência entre os sujeitos em uma sociedade. Tais discussões foram repetidamente difundidas durante a graduação em Pedagogia, sejam em aulas ou eventos. Essas questões resultam em novas demandas do cidadão moderno, sendo características que a instituição escolar deve ajudar os alunos a desenvolverem. Nesse sentido, é fundamental entender o quanto os professores conhecem sobre o assunto e como estão sendo preparados para desempenharem seu papel.

Pouco foi falado sobre o tema da cidadania e seu conceito abrangente, e como esse conceito engloba todas as demais questões acima citadas, durante a trajetória acadêmica da autora desta pesquisa, gerando uma lacuna importante em sua formação, pois se todos os documentos que normatizam ou normatizaram a educação nacional expressam um objetivo comum de formar cidadãos, é de se esperar que os cursos de licenciatura fomentem discussões, incentivem pesquisas, estudos para preparar os futuros educadores que estarão à frente desse processo.

Compactuando com a crença de que a educação para a cidadania pode ser a base que engloba todas aquelas questões anteriormente citadas, fornecendo conhecimentos e uma postura adequados para possam garantir competências para enfrentar as questões que se apresentem no cotidiano, é fundamental que a cidadania seja abordada na educação de base, para educar sujeitos competentes para viver em sociedade.

Partindo dessa reflexão, nasce o desejo de aprofundar os conhecimentos sobre cidadania e como pode ser trabalhada em sala de aula, assim como em todos

os espaços escolares, de modo eficiente, pois nenhum projeto pode ser desenvolvido sem que haja profundo conhecimento sobre os conceitos que exige para sua execução, partindo de uma realidade concreta. Para isso, tal investigação foi realizada mais precisamente no município de Mossoró/RN, área onde a autora reside e onde possivelmente atuará profissionalmente, tendo como o intuito preencher essa lacuna em sua formação.

Como está ocorrendo a educação para a cidadania em escolas da educação básica em Mossoró/RN é a questão que impulsiona o desenvolvimento do trabalho. Para traçar um panorama sobre a realidade no município, a presente pesquisa objetiva analisar como está ocorrendo a educação para a cidadania com os alunos de educação básica no município de Mossoró/RN. Para isso, investiga as práticas docentes referentes à educação para a cidadania em escolas de Mossoró/RN, assim como as propostas de educação para a cidadania que se encontram presentes no Projeto Político Pedagógico das instituições alvo da pesquisa.

Caracteriza-se como pesquisa qualitativa de caráter exploratório, pois tem a intenção de aproximar a autora das questões investigadas, aprimorar as ideias sobre o tema (GIL, 2002). Das técnicas utilizadas: Levantamento bibliográfico a partir de trabalhos previamente desenvolvidos, como livros e artigos científicos (Gil, 2002), de autores como Carvalho (2018); Perrenoud (2005); Funari (2003); Guarinello (2003); Karnal, (2003); Odalia, (2003); Mondaini (2003); e Serrano (2002); Pesquisa documental, na qual foi analisado o Projeto Político Pedagógico de uma escola estadual do município de Mossoró. Para isso, recorreremos a Veiga (2013) e suas considerações sobre o PPP; Pesquisa de campo, desenvolvida com foco em um grupo de pessoas, cujo objetivo é captar as informações necessárias à pesquisa, por meio de observações ou entrevistas (GIL, 2002). Neste caso, foi aplicado um questionário, disponibilizado via Google Forms, a professores de 4º e 5º anos para entender o que conhecem sobre o assunto e, principalmente, investigar as práticas que estão desenvolvendo voltadas à educação para a cidadania.

O trabalho está dividido em três partes a primeira, intitulada “Cidadania: uma construção histórica”, objetiva elucidar a construção do conceito de cidadania ao longo da história, partindo desde a antiguidade clássica, passando pelo período das grandes revoluções, na Europa e América do Norte, até chegar ao Brasil. A segunda, “Educar

para a cidadania em âmbito escolar”, pretende estabelecer uma discussão sobre a relação da cidadania com a educação, em especial no Brasil, tendo em vista que esse é um dos principais objetivos para a educação do país, tendo ganhado prioridade desde o início do período de redemocratização pós Ditadura Militar de 1964. Na terceira, “Cidadania no contexto de escolas públicas de Mossoró/RN”, encontra-se apresentação das escolas lócus da pesquisa, bem como dos sujeitos que contribuíram para que a mesma fosse possível. Verificamos o tratamento que está sendo dado à educação para a cidadania no espaço escolar, bem como buscamos as propostas pedagógicas, ou seja, as ações que se pretende colocar em prática com a finalidade de formar o cidadão. Nesse espaço, também procuramos investigar as ações adotadas por docentes com vistas a formação para a cidadania no Município de Mossoró.

2 CIDADANIA: UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA

Nesta seção, pretende-se discutir a construção do conceito de cidadania desde seus primórdios, nos modelos grego e romano, passando pelas evoluções durante as revoluções burguesas, até o conceito mais moderno, assim como pretende-se discorrer sobre como a cidadania vem se desenvolvendo no Brasil.

A concepção acerca do termo pode variar a depender de vários fatores, dentre eles encontramos o contexto da época, o tipo de governo, a cultura, a participação popular, ou ausência dela, dentre outros. A compreensão que temos hoje vai se configurando juntamente com a ascensão do Capitalismo, por volta do século XV. Impulsionado pelas Revoluções Burguesas contra o Feudalismo, ocorridas a partir do século XVII. Nesse cenário, a cidadania vai se firmando e se fortalecendo nos meios urbanos em expansão. Contudo, as origens de seus fundamentos remontam desde o período Greco-Romano, “aproximando-se [...] das noções de liberdade, igualdade e das virtudes tipicamente republicanas – que ainda nos dias atuais costumam ser associadas ao termo” (MORAIS, 2013, p.2).

2.1 Da Antiguidade Clássica às Revoluções Burguesas

Cidadania é um conceito que vem sendo construído ao longo da história. Tem sua origem atribuída à Grécia Antiga, com a formação das Pólis por volta dos séculos VIII e VII a.C. Naquela época, o território hoje conhecido como Grécia era bem diferente. Não havia a concepção de nação, logo, não era unificado. Em seus primórdios, organizava-se em diversos territórios nos quais as populações desempenhavam trabalhos essencialmente campesinos, ou seja, sobreviviam à base de agricultura. A esses territórios denominavam Cidades-estados.

As cidades-estados foram o resultado do fechamento, gradual e longo de vários séculos, de territórios agrícolas específicos, cujos habitantes se estruturaram, progressivamente, como comunidades, excluindo os estrangeiros e defendendo coletivamente suas planícies cultivadas da agressão externa. (GUARINELLO, 2003, p.32)

Cada território exercia suas atividades de forma autônoma e independente. Havia espaço para desenvolverem sua cultura, religiosidade, suas regras próprias de governo e de convívio. Nesses territórios, os indivíduos levavam uma vida comunitária. As terras eram divididas entre famílias que faziam uso delas para garantirem a sobrevivência. Assim surge a ideia mais primitiva de propriedade privada.

“De modo geral podemos dizer que as cidades-estados formavam associações de proprietários privados de terra. Só tinha acesso à terra, no entanto, quem fosse membro da comunidade” (GUARINELLO, 2003, p.32).

Ao mesmo tempo que a distribuição era feita, não acontecia de forma igualitária. A desigualdade gerava conflitos motivados pela necessidade e exigência de métodos mais justos de divisão, pois não havia regras para tal. Quando a população se organiza em prol desse objetivo, nasce a política.

Seus conflitos internos [...] não podiam ser resolvidos no âmbito das relações de linhagem, nem pelo recurso a uma autoridade superior a todos. Tinham que ser resolvidos comunitariamente, por mecanismos públicos, abertos ao conjunto dos proprietários. Aqui reside a origem mais remota da política como instrumento de tomada de decisões coletivas e de resolução de conflitos, e do Estado, que não se distinguia da comunidade, mas era sua própria expressão. (GUARINELLO, 2003, p.33)

Juntamente com a política, nasce o homem político, ou o cidadão, que Aristóteles (1988, apud LEAL, 2013, p.11) define como o “indivíduo que estaria apto a governar e a ser governado”. O status de cidadão estava diretamente ligado à participação ativa na organização política das cidades-estados. É importante deixar claro que nem todos podiam ser elevados ao status de cidadão. Alguns critérios eram necessários e apenas uma minoria podia desfrutar dessa posição e dos privilégios que advinham com ela

Quando Aristóteles usava o vocábulo “cidadão”, ele estava se referindo às minorias privilegiadas, as quais competiam às tarefas humanas, isto é, as artes do pensar e da direção, reservando aos demais as embrutecedoras atividades manuais que, por sua natureza, impediam a cidadania. (ROMÃO, 2000 apud LEAL, 2013, p.12)

Além de liberdade restrita e da exclusão marcante, as cidades passam a existir sob o controle de aristocratas. Entre eles estavam os indivíduos com grande acúmulo de riquezas e os militares. “Na maioria das cidades-estados, o controle da comunidade ficava nas mãos da classe guerreira, constituída por uma aristocracia de senhores de guerra que detinham o monopólio das ações de guerra” (GUARINELLO, 2003, P. 38).

Ao concentrar o poder nas mãos de alguns poucos, os interesses particulares foram favorecidos, marcando com inúmeros conflitos os contextos dessas comunidades gerados pela exclusão da maioria da população que as integrava.

A constituição das sociedades gregas sempre foi marcada por conflitos que as favoreceram e fizeram progredir.

Desde que temos registros, escritos ou arqueológicos, as cidades-estados aparecem marcadas por profundas clivagens sociais: grandes, médios e pequenos proprietários estes últimos, muitas vezes, no limiar da subsistência; camponeses sem terra, que alugavam sua força de trabalho para um grande senhor; e os não camponeses, como artesãos e comerciantes [...]. (GUARINELLO, 2003, p.33)

Apesar das desavenças envolvendo as populações marginalizadas, as cidades-estados mantiveram-se abertas até certo ponto para estrangeiros que quisessem integrar a comunidade. Mas nem sempre era uma conquista fácil. “A cidadania podia ser conferida individualmente, como homenagem a um personagem importante ou retribuição a um favor prestado à coletividade” (GUARINELLO, 2003, p.35). Com o passar do tempo, passaram a se fechar para novos integrantes, tempo marcado pela forte exclusão de estrangeiros.

Vale ressaltar que o povo sempre procurou manter uma postura de enfrentamento e de luta para conquistar espaço de participação e liberdade dentro das cidades-estados, apesar do controle e dos abusos. O resultado foi a conquista da garantia de liberdade individual, publicação de leis, ampliação da participação da população, reestruturação da comunidade como organismo político e reorganização do exército, lembrando que essas conquistas eram destinadas aos homens livres, conforme aponta Guarinello (2003). A aristocracia enfraquece, a população aos poucos começa a assumir o controle das defesas do território com a conquista das armas, além de conquistar a participação política. Esse período é denominado período clássico.

Todavia, foi por esse modelo hierarquizado de sociedade que os gregos instituíram sua ideia de ordem pública, a qual foi se deteriorando em virtude da inexistência de um Estado grego unificado, e que acabou por sucumbir em decorrência do domínio imposto pelos romanos em meados do séc. III a.C. (LEAL, 2013, p.12)

Com a ascensão do Império Romano, a cidadania é expandida gradualmente a quase todos os indivíduos livres. Algumas características da sociedade grega ainda foram mantidas, como um sistema fortemente hierarquizado e de escravidão. Ainda assim, a sociedade romana foi a que mais contribuiu para o conceito moderno de cidadania. O próprio termo originou-se da palavra “civitas”, que em latim significa cidadania, cidade, estado.

Com a ampliação do alcance do governo romano, a sociedade torna-se mais complexa, gerando mais movimentos das classes menos favorecidas, resultando em maior abertura para a participação popular. “Em grande parte, a história de Roma pode ser vista como uma luta pelos direitos sociais e pela cidadania entre aqueles que tinham direitos civis plenos e os demais grupos” (FUNARI, 2003, p.50).

O status de cidadão conferia ao indivíduo uma série de deveres e exigia dedicação quase exclusiva às atividades políticas. Tinha que participar muito ativamente das discussões políticas, das assembleias, dos encontros, o que dificultava a participação dos plebeus considerando os altos custos para se deslocar até a sede. Contudo, uma vez obtida,

a cidadania romana trazia consigo privilégios legais e fiscais importantes, permitia ao seu portador o direito e a obrigação de seguir as práticas legais do direito romano em contratos, testamentos, casamentos, direitos de propriedades e guarda de indivíduos sob sua tutela (como as mulheres da família e parentes homens com menos de 25 anos) (FUNARI, 2003, p.66).

Por ser um império com grandes ambições expansionistas, havia uma valorização de atividades militares, podendo ser um dos critérios para ser considerado cidadão. Além de defenderem os territórios, os militares saíam em conquistas de outras terras. Com a expansão do Império, a questão da cidadania passou a ser ainda mais ligada à participação no exército. Havia um censo por meio do qual era feito o levantamento de quem tinha posses, melhores condições econômicas para poder participar do exército. Participar do exército era ser considerado cidadão. Os Patrícios detinham o poder exclusivo das ações militares. Por meio de enfrentamentos dos plebeus, esses conseguem abrir espaço no poder militar, que passou a depender cada vez mais de seus serviços.

É importante mencionar que a expansão da cidadania romana se deu principalmente no período republicano, logo, houve maior espaço para a reivindicação de direitos e para as conquistas do povo. Conforme mencionado anteriormente, tinha uma forma de organização baseada em hierarquia, onde no topo estavam os Patrícios, a elite romana, seguido pelos clientes, plebeus e escravizados. A história de Roma foi fortemente marcada pelas disputas entre Patrícios e plebeus. Essas disputas por sua vez foram os principais meios para a conquista de espaço político e de direitos pela plebe.

Alguns dos espaços políticos durante a república romana eram as Instituições como o Senado, nos quais os Patrícios executavam as leis, que eram pensadas em reuniões públicas com a participação dos cidadãos, que muitas vezes também estavam ligados à elite; Assembleias populares e centúrias, e Magistrados. Com as revoltas dos plebeus, que exigiam o direito à participação no governo, foi criado um cargo específico para essa classe: tribunos da plebe, que conferiam aos plebeus o direito de propor leis e colocá-las em prática. O povo ganha voz, mas não para por aí.

Outra conquista importante do povo foi a igualdade e proteção jurídica oficializada na Lei das 12 tábuas, um conjunto de leis publicado no século V a. C., durante o período republicano, que garantia que as leis a partir desse momento passassem a ser escritas e válidas a todos que necessitassem recorrer. Não menos importante, membros de classes não pertencentes à elite conquistaram o direito de ascender social e economicamente através do casamento, algo impossível em tempos anteriores, além de pôr abaixo a escravidão por dívida, que condenava membros da plebe a uma vida de servidão em virtude de sua situação econômica.

Coroando a sequência de conquistas populares, está o direito ao voto nas eleições romanas, constituindo-se como um “grande tesouro da cidadania. À diferença de muitas cidades gregas, em que o direito ao voto era restrito, em Roma votavam pobres e mesmo libertos” (FUNARI, 2003, p.63). Pela primeira vez estava garantido aos cidadãos a decisão na escolha de representantes dentro dos limites de seu contexto, de forma discreta, preservando a liberdade na tomada de decisão. Por falar em liberdade, “definida como a não submissão ou sujeição a outra pessoa” (FUNARI, 2003, p. 72), é considerada a base da cidadania romana, e esta noção servirá de norte para a construção do conceito moderno de cidadania ao ser resgatada durante o período das grandes revoluções.

Com o declínio do Império romano em 476 d.C., ocorre então um gradual processo de descentralização política no continente europeu, o que culminou no surgimento do Sistema Feudal que foi predominante no Ocidente cristão. (LEAL, 2013, p.13)

Durante o feudalismo, entre os séculos V e XV, a sociedade organizou-se em nobreza, clero e os camponeses. Esses últimos mencionados viviam em condição de subordinação. Como podemos imaginar, estas classes de trabalhadores não usufruíam de direitos, que eram destinados às classes superiores.

Era, portanto, uma sociedade de ordens, diferenciadas tanto política quanto juridicamente. Clero e Nobreza detinham, respectivamente, saber e poder e, conseqüentemente, os direitos advindos do termo cidadania. (REZENDE FILHO; CÂMARA NETO, 2001, p.3)

Perpetuava-se na sociedade medieval a doutrina e moral cristãs de grupos que habitaram o antigo Império Romano, que progrediram dando origem à Igreja Católica Romana. O Teocentrismo e as ideais conformistas de que tudo está como deve ser, que tudo é parte dos planos divinos e o objetivo principal da vida do ser humano era alcançar paraíso, desviaram a atenção dos sujeitos comuns de questões políticas, sociais e econômicas.

Durante a transição da Idade Média para a Idade Moderna entre os séculos XIV e XVI, período conhecido como Renascimento, as antigas crenças disseminadas no período medieval caem por terra dando lugar ao Antropocentrismo, ou seja, a compreensão de que o ser humano é o único responsável pelo próprio destino. A Ciência e a Filosofia assumem grande relevância na medida em que favorecem o entendimento humano sobre quem é e qual o seu propósito na vida.

A “crítica interna dos religiosos” da Reforma e a “Crítica externa dos cientistas” do Renascimento inviabilizaram a continuidade absoluta de uma maneira transcendente de compreender a História. O homem passou não apenas a traçar o seu destino, mas também a ter total capacidade de explicá-lo. A decadência da noção de predestinação orientou, em grande medida, o avanço irresistível da modernidade, emoldurada pelos acontecimentos que se desenrolaram entre a crise da sociedade feudal no século XIV e as revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII. (MONDAINI, 2003, p.115)

A Revolução inglesa foi a primeira grande revolução ocorrida entre os anos 1640 e 1688, que na verdade, foi um conjunto de vários conflitos motivados por questões de ordem religiosa, política e econômica. Nesse contexto, a Inglaterra vivia sob um Regime Absolutista iniciado com o rei Henrique VIII e assumido posteriormente por sua filha, Elizabeth I, que morreu sem deixar descendentes. Ambos possuíram total controle sobre todas as ações no território inglês, sendo legitimado pela lógica religiosa.

Após a morte de Elizabeth I, um novo rei assume: Carlos I, homem católico que assume o trono da Inglaterra, território de domínio da Religião Protestante, fundada no reinado de Henrique VIII após desavenças com a Igreja Católica.

Até o reinado de Elizabeth I, o absolutismo conta com o apoio da burguesia, que precisa de um poder centralizado, para suplantiar os nobres e garantir a expansão comercial pelo mundo. Uma vez realizados esses objetivos, o

poder absoluto já parece desnecessário, até mesmo indesejável, aos burgueses. Em nome dos direitos individuais, a burguesia reclama total autonomia no uso dos bens e da propriedade, na condução de seus negócios e na expressão de suas convicções religiosas, ao passo que a nobreza encarna as formas tradicionais de autonomia paternalista e de função pública a serviço da comunidade. (FERREIRA, 1993, p.45-46)

A pequena e média nobreza e, principalmente, a burguesia insatisfeitas com o poder absoluto do monarca passa a exigir maior participação de representantes eleitos pelo povo e um poder descentralizado do rei, para garantia de obtenção de seus interesses. O Parlamento, que reivindicava para si o direito de criar leis, de controle de atividades militares e das decisões políticas, conta com maioria burguesa, essa por sua vez é a principal combatente das intenções absolutistas do rei (FERREIRA, 1993).

Ao assumir o trono, Carlos I recebe a Petição de Direitos que limitava o poder do rei, e “estabelecia que as questões relacionadas aos impostos, aos julgamentos e às prisões, e à convocação do exército só poderia ser executada com autorização do Parlamento” (LIMA, 2016, p.98). O resultado foi que, não aceitando ter o poder reduzido, o rei dissolveu o Parlamento por meio de um golpe, livrando seu caminho para seguir com seu governo despótico durante 11 anos, levando a sociedade à uma guerra civil na qual lutaram, de um lado, o exército do rei, do outro, o exército do Parlamento, agora liderado por Oliver Cromwell, deputado do Parlamento em 1640. A guerra terminou e o Parlamento saiu vitorioso, o rei foi capturado e decapitado. O Parlamento assumiu o controle da Inglaterra dando início ao período republicano.

Após a morte de Cromwell, seu filho assume o poder, renunciando meses depois. Posteriormente, a monarquia foi restaurada pelo Parlamento, coroando Carlos II, filho de Carlos I, como rei, sendo sucedido por Jaime II. Posteriormente, o Parlamento planeja um golpe, chamado Revolução Gloriosa, para destituir o rei, porém mantendo a Monarquia Parlamentar, que vigora na Inglaterra até os dias de hoje, com a condição de que a Bill of Rights¹ fosse assinada, abrindo a “possibilidade histórica de um Estado de Direito, um Estado dos cidadãos, regido não mais por um poder absoluto, mas sim por uma Carta de Direitos” (MONDAINI, 2003, p.129).

¹ Documento elaborado pelo Parlamento, no qual dispunha de Leis fundamentais para o reino da Inglaterra, e limitava o poder do rei ao pôr um fim ao Regime Absolutista e estabelecer a Monarquia Parlamentarista (SILVA; TRAMONTINA, 2014), que permanece até os dias de hoje.

Antes do início dos movimentos na Inglaterra, em 1620, a bordo do Mayflower², desembarcam na costa da América do Norte, os primeiros colonos no território que um dia seria os Estados Unidos da América. Esses colonos eram protestantes que sofreram com perseguições religiosas na Inglaterra e estavam em busca de liberdade. No mesmo ano, fundam cidade de Plymouth, no atual estado de Massachusetts. Nesse momento, a Inglaterra já dava indícios de uma revolta iminente.

Mais tarde, seguindo o exemplo dos primeiros peregrinos, outras pessoas partem para o Novo Mundo para fugir de perseguições, ou em busca de novos negócios e com sonho de riqueza. Assim formam a 13 colônias que se tornariam lar de vários refugiados oriundos da Europa. Por mais de um século, puderam viver sem muito envolvimento da Inglaterra, que nesse período estava muito ocupada com os movimentos que agitavam a sociedade da época. As colônias dividiram-se em dois grupos: ao norte, onde encontrava-se pequenas propriedades preocupadas com a produção para garantia da própria sobrevivência, e ao sul, as colônias com claro objetivo exploratório e mercantilista, que por muitos anos, utilizariam de mão-de-obra escravizada oriunda da África.

Enquanto a Inglaterra estava ocupada com seus próprios conflitos internos, as colônias desfrutaram de certa liberdade e autonomia para se desenvolverem.

A partir da década 70 do século 18, as desavenças entre metrópole e as colônias, em razão das medidas mercantis e tributárias aplicadas por meio das Leis Intoleráveis, ficaram mais acirradas, por prejudicarem sobremaneira os interesses comerciais das colônias. A imposição das Leis Intoleráveis fez com que se convocasse o Primeiro Congresso Continental da Filadélfia, em setembro de 1774, ainda com caráter não separatista. (LIMA, 2016, p.102)

Motivados, entre outras questões, pela insatisfação dos colonos com essas medidas inglesas, que foram impostas sem devida representação no Parlamento, que tinham como objetivo extrair o máximo de recursos que a Inglaterra necessitava após a Guerra dos Sete Anos contra a França, e pelas ideias iluministas do século XVIII, como a ideia de igualdade entre os indivíduos desde o nascimento, ideal de liberdade, direito à busca pela felicidade e a construção de uma sociedade mais justa, as colônias decidem se revoltar contra a metrópole.

² Embarcação que transportou os primeiros colonos que mais tarde seriam os Estados Unidos da América. Protestantes puritanos que buscavam refúgio em solo hoje conhecido como americano, em 1620.

O Congresso enviou uma petição ao monarca e ao Parlamento inglês, solicitando a revogação das referidas leis, com fundamento na igualdade de direitos dos colonos. No ano seguinte, reuniu-se o Segundo Congresso Continental de Filadélfia, já com caráter separatista, no qual George Washington foi nomeado comandante das forças americanas e Thomas Jefferson designado para redigir a Declaração de Independência, documento que consolidou uma Declaração de Direitos (ARRUDA, 1979; TRINDADE, 1998 apud LIMA, 2016, p.102).

No dia 04 de julho de 1776 foi proclamada a Independência das 13 colônias dando início a uma guerra de independência entre as colônias e a Inglaterra, hoje, chamada Revolução Americana, tendo durado até o ano de 1781, na qual a nova nação saiu vitoriosa. A independência foi reconhecida somente em 1783, após o Tratado de Paris. A nação rompe de vez com a monarquia Inglesa e adota o modelo Republicano Presidencialista e o Federalismo, que dava autonomia para cada colônia, agora Estado, para que pudessem criar suas próprias leis.

Os documentos fundadores da nova nação são amplos e generosos. A Declaração de Independência afirma que todos os homens foram criados e dotados pelo Criador de direitos inalienáveis, como vida, liberdade, busca da felicidade. Da mesma forma, a Constituição elaborada em 1787 inicia com a consagrada expressão “We, the people of Unites States” (Nós, o povo dos Estados Unidos). Os termos são coletivos e não há traços de limitação escrita e jurídica nesses documentos. (KARNAL, 2003, p.142).

A Constituição elaborada em 1787 ainda é válida até os dias de hoje, tendo sofrido inúmeras emendas ao longo do tempo, sendo as primeiras um conjunto de 10 emendas que ficou conhecido como Bill of rights, aprovado no ano de 1791, que “objetivou limitar o poder estatal, com a previsão de direitos fundamentais” (LIMA, 2016, p.103). Garantem o direito à propriedade privada, à vida, à liberdade, ao julgamento rápido, público e imparcial, à educação, embora não de forma clara (LIMA, 2016), entre outros, tendo servido de inspiração para a luta pela independência de outras colônias, incluindo a que se tornaria Brasil.

A cidadania americana foi constituída em um contexto contraditório, marcado pela exclusão. A liberdade e os direitos enfatizados na Constituição estavam garantidos aos descendentes dos Europeus, ou seja, aos brancos, sendo negados por muito tempo aos negros escravizados e aos indígenas, assim como estrangeiros (KARNAL, 2003).

Apesar do caráter excludente da Revolução americana, não se pode negar que representou um grande avanço no que tange a expansão da cidadania para os

norte-americanos e posteriormente, para a propagação desses ideais à outras nações, assim como o modelo de Estado com o Regime Constitucional, assegurando maior representação popular e limitação do poder estatal, bem como o respeito aos direitos fundamentais inerentes a cada indivíduo desde seu nascimento (LIMA, 2016).

Retornando ao Velho Mundo, também inspirada nas ideias iluministas e, agora, pelo recente processo de independência dos Estados Unidos, chega a vez da França se rebelar. A revolução Francesa, considerado um dos eventos mais importantes da História Ocidental, marca um período de ruptura, de transição da Idade Moderna para a Contemporânea.

Naquela época, a França ainda mantinha o sistema Monárquico Absolutista, também dividida em classes privilegiadas, como clero e a aristocracia, ou seja, a nobreza, e as classes sem privilégios, O Terceiro Estado, que incluía os trabalhadores urbanos e rurais, e a burguesia.

A França passava por um período muito difícil para as classes menos afortunadas. O governo passava por sérios problemas econômicos em decorrência do envolvimento em guerras, e pelo fato das altas classes e o clero não serem obrigados a pagar impostos. “O Terceiro Estado arcava com toda a carga tributária e com isso sustentava os privilégios do rei, do clero e da nobreza” (LIMA, 2016, p.107). A fome assolava todo o território francês, conseqüentemente, afetando a população mais pobre, gerando grande insatisfação e revolta. Necessitando de apoio político e econômico, o rei concede alguns direitos aos burgueses e camponeses, e maior liberdade para o comércio e a aquisição de propriedade, assim como a progressiva abolição da servidão (ODALIA, 2003).

Além disso, o rei convoca uma reunião em Versalhes com os deputados dos Estados Gerais, que representavam o Clero, a Nobreza e o Terceiro Estado, para buscar uma solução para o problema. Os conflitos se intensificam quando os representantes do Terceiro Estado propõem que as reuniões sejam realizadas em conjunto com os representantes dos outros setores, que acabou por ser negada. Não sendo possível uma conciliação, os tumultos em Paris se intensificam, resultando na queda da Bastilha, no dia 14 de julho de 1789, “um dos símbolos mais marcantes do antigo regime” (ODALIA, 2003, p 165), marcando o início da Revolução Francesa.

A burguesia une-se aos trabalhadores em uma luta contra a aristocracia, o rei e o Clero. “Em 17 de junho, [...] declara-se Assembléia Nacional, intentando garantir em suas mãos o poder político, impondo novas regras e normas legais, que traduziam suas esperanças de criação de um novo Estado” (ODALIA, 2003, p.165). Posteriormente, há a adesão do Clero. O rei não aceita essa transformação e dissolve a reunião dos Estados Gerais. Para preservar seu poder, convoca uma reunião com os representantes na qual é apresentada uma série de medidas para serem votadas, como igualdade perante o imposto, liberdade individual e de imprensa, e o fim da servidão. Mediante enfraquecimento de seu poder, se vê obrigado a aceitar as exigências de uma nova Constituição (ODALIA, 2003).

Anterior à Constituição, é proclamada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789. A declaração dispunha 17 artigos e um preâmbulo, que versam sobre os direitos que são universais, naturais e inalienáveis do homem, revolucionando toda a sociedade ocidental e servindo de inspiração para a elaboração de Constituições em diversos países.

Finalmente, uma Assembleia Nacional elabora a primeira Constituição Francesa no dia 14 de setembro de 1791, iniciando o período da Monarquia Constitucional, na qual os poderes do rei foram limitados e sujeitos às determinações do documento. No entanto, essa constituição era essencialmente burguesa e “não foi generosa quanto a atribuição de direitos políticos e civis” (SINGER, 2003, p.114), vigorando por um curto período de tempo.

Com a queda da Monarquia e o início da República, estabeleceu-se uma Assembleia Constituinte, responsável pela elaboração da segunda Constituição, concluída em 1793, porém, nunca foi aplicada. Anos mais tarde, mais precisamente

em 22 de agosto de 1795, foi promulgada a terceira Constituição francesa, na qual prevaleciam os interesses exclusivamente burgueses e de ordem privada, o que viria a consagrar o sistema capitalista de produção. Os ideais da Revolução Francesa propunham a cidadania de cunho liberal, voltada à classe burguesa. Em 9 de novembro de 1799, o golpe do 18 Brumário leva Napoleão Bonaparte ao poder da França. Napoleão consolidaria os interesses da burguesia, impedindo as tentativas dos jacobinos de retornar ao poder e implantar políticas sociais. (LIMA, 2016, p.111),

Não se pode negar que a Revolução Francesa foi um período de muita violência. Contudo, de uma coisa devemos ter certeza, foi um mal necessário que finalmente abriu caminho para a conquista de direitos fundamentais.

Liberdade, igualdade e fraternidade. São esses os direitos que vão sintetizar a natureza do novo cidadão e essas as palavras de ordem dos que se amotinaram contra as opressões das quais há séculos padeciam. (ODALIA, 2003, p.163).

O conceito de cidadania foi ampliado no período das grandes revoluções, atribuindo um caráter universal ao conceito de cidadania. Hoje, ao nascer, todo indivíduo já é considerado um cidadão, atingindo sua plenitude com a chegada à maioridade. As ideias expostas nas Cartas Constitucionais, na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão logo após a Revolução Francesa de 1789, foram reorganizadas pela Organização das Nações Unidas logo após a Segunda Guerra Mundial, que ocorreu entre os anos de 1939 e 1945, foram determinantes para construção de cidadão que temos hoje.

Mais tarde o nome seria substituído por Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento proclamado no dia 10 de dezembro de 1948, pela Organização das Nações Unidas, no qual assegura os “direitos básicos para a promoção de uma vida digna para todos os habitantes do mundo independentemente de nacionalidade, cor, sexo, raça, orientação sexual, política e religiosa” (MARTIN; OLIVEIRA, 2019, p.36)

Já no século XIX, o processo de industrialização e o Capitalismo na Europa estavam a todo vapor.

a consolidação da burguesia dava-se por meio da reforma da economia, com o mercado se tornando o centro da vida social. [...] Um novo deus, o dinheiro, impunha seu culto; seus cálculos pragmáticos interferiam até nos sentimentos mais íntimos. (KONDER, 2003, p.175-176)

A partir da Revolução Industrial, grandes mudanças ocorrem na economia e no mundo do trabalho. Aos poucos, mais e mais pessoas deixavam seu lar no campo para morarem nas cidades, trabalhar nas fábricas e, com toda dificuldade, assegurarem as condições básicas de sobrevivência. Nesse cenário, a sociedade passa a ser dividida em dois grupos bem distintos: a burguesia, que detinha as riquezas e os meios de produção, e o proletariado, que vendia sua mão-de-obra.

Nesse período, começam a surgir alguns nomes preocupados com as condições precárias às quais os trabalhadores eram submetidos, e que irão propagar os primeiros ideais socialistas utópicos, em prol da nova classe operária, que surge juntamente com a Revolução Industrial, contra o liberalismo burguês. São eles: Saint-Simon, Charles Fourier e Robert Owen.

Os pioneiros do socialismo se moveram em direção oposta à maioria dos liberais. Mesmo em um quadro caracterizado pela fraqueza do movimento operário nascente, Owen, Saint-Simon e Fourier expressavam os anseios igualitários, ainda confusos, da massa dos trabalhadores pobres. E o nome “socialista”, que já era adotado desde os anos 1830, ainda designava concepções predominantemente utópicas. (KONDER, 2003, p.175-176)

Esses pensadores se preocuparam com as questões das classes populares, contudo, não as tinham como foco. A intenção era alcançar benefícios que atendessem a todos, independentemente da classe. Em meados do século XIX, os teóricos que consolidaram o Socialismo enquanto filosofia política, social e econômica, “se defrontaram com a pressão desses grupos mais aguerridos, que reivindicavam na prática, na ação política, elementos e cidadania que lhes faltavam, que não lhes eram reconhecidos” (KONDER, 2003, p.176).

As teorias de Marx e Engels se destacam, principalmente em meados do século XIX, ao defender que, para superar o capitalismo e conquistar a cidadania plena, faz-se necessária a revolução do proletariado. Somente com a tomada de poder da classe operária, poderia haver uma transformação da sociedade, e eliminaria as desigualdades e classes sociais. Estava plantada a semente que iria germinar os primeiros movimentos operários, que se organizariam em grupos e sindicatos para ir à luta pelos seus próprios interesses, que resultariam na conquista de direitos sociais, ou seja, aqueles que dizem respeito ao atendimento das necessidades básicas, como alimentação, habitação, saúde, educação (MANZINI-COVRE, 2001).

2.2 Cidadania no Brasil

O processo de construção da cidadania no Brasil não segue o mesmo processo da Europa. A Inglaterra segue uma sequência mais ou menos definida: inicia-se com a conquista dos direitos civis, depois os direitos políticos e, por fim, os direitos sociais, sequência definida por Marshall, da qual Carvalho (2018) se vale em sua análise sobre o processo seguido para a construção do conceito brasileiro de cidadania. O autor afirma que no Brasil o percurso foi invertido. Primeiro, houve uma

concessão de direitos políticos e civis, ainda que para uma pequena elite. Em seguida, uma maior valorização dos direitos sociais a partir das primeiras décadas do século XX, durante o governo de Getúlio Vargas.

O problema efetivo desse período foi a inversão na ordem proposta por Marshall. Os direitos sociais foram introduzidos em momento de supressão dos direitos políticos e, sobretudo, não em decorrência da luta política organizada dos movimentos sociais, mas como benesse ou graça da chefatura do Poder Executivo da República. (HULLEN, 2018, p.220).

Todo o processo de construção de nossa cidadania está permeado por progressos e retrocessos, assim como heranças negativas desde o período colonial. Algumas delas ainda são refletidas atualmente. Os eventos que vão se desenrolando ao longo da história, influenciaram no modo como a cidadania foi construída e como a compreendemos. Questões como vícios institucionais e culturais de nossa política e sociedade, a ausência quase que total da participação popular, bem como outros males, tiveram ou ainda têm forte influência na forma como agimos na sociedade atual, e conseqüentemente, na forma como entendemos a cidadania.

O pior dos males, para Carvalho (2018), foi a escravidão, que negava qualquer direito à maioria da população, da qual faziam parte os indígenas e escravizados africanos, principalmente. “Era tão grande a força da escravidão que os próprios libertos, uma vez livres, adquiriam escravos” (CARVALHO, 2018, p.26). Não menos negativos, encontramos outros males como paternalismo, coronelismo, clientelismo, populismo, nacionalismo, e o personalismo, resultando na dificuldade no andamento da República tal como deveria, ao concentrar o poder nas mãos de militares e grandes latifundiários, que agiam de forma análoga ao que acontecia nos tempos do feudalismo, impondo suas próprias leis e negando direitos civis e políticos, formando uma sociedade disposta a se conformar com provisões de recursos básicos para a sobrevivência da população, a oferecer lealdade em troca de direitos sociais concedidos por parte do Estado. O descaso pela educação básica, que contribui para a não tomada de consciência de sua situação pela população majoritária. Somado a tudo isso, a ascensão de governos com forte apelo ao povo, com representantes que por este eram tidos como deuses, salvadores da pátria, capazes de erradicar todas as mazelas da sociedade e torná-la um paraíso, fato que testemunhamos durante toda a história do país, inclusive atualmente, de todos os lados.

Outro fator para a difícil construção de nossa cidadania foi a ausência de uma identidade brasileira durante boa parte de nossa história, ausência de um sentimento de unidade, de identidade nacional.

Acredita-se que a construção da cidadania esteja ligada essencialmente à construção de uma nação e de um Estado. Isto é, tem a ver com a formação de uma identidade entre as pessoas (tradição, religião, língua, costumes), com a constituição de uma nacionalidade ou, sob o aspecto jurídico, na formação de um Estado. Assim, o sentimento de pertencer a uma nação é um indicativo importante para tal construção. Sentir-se parte de uma nação e de um Estado é condição fundamental para a construção da cidadania. (CREMONESE, 2007, p.68-69)

O que só foi acontecer durante a guerra do Paraguai, entre os anos 1864 e 1870, quando a necessidade de estabelecer uma aliança contra um inimigo comum despertou na população brasileira a consciência nacional, nunca vista antes da guerra (CARVALHO, 2018). Até então, todo o movimento para independência, da formação do Estado brasileiro foi realizado por meio de negociações entre Portugal, Inglaterra e a elite brasileira, como sempre, para atender seus próprios interesses.

Uma população iletrada, sem consciência política, e a crença em um salvador apenas serviu para que governantes mal-intencionados e ambiciosos, se aproveitassem da ignorância do povo para se apropriar de recursos públicos em prol de seus próprios interesses, afinal, a população estava distraída com a “bondade” do Estado em dar benesses, gerando muito corrupção anos após anos.

Já no século XX, a partir da década de 1920, com o início da industrialização do país e migração das zonas rurais para as urbanas, surge uma nova classe: a classe operária, que irá lutar por direitos civis e básicos.

A presença na cena política dos trabalhadores, por sua vez, desempenhou papel central na concretização de mecanismos mais amplos de participação na vida pública e na busca por uma divisão mais justa e igualitária da riqueza social. (LUCA, 2003, p.469)

A imigração ocorria de maneira intensa. Trabalhadores de diversos países chegavam ao Brasil em busca de emprego, que crescia em oferta devido a industrialização do país, e acabavam influenciando os operários brasileiros com ideais políticos.

Do ponto de vista da cidadania, o movimento operário significou um avanço inegável, sobretudo no que se refere aos direitos civis. O movimento lutava por direitos básicos, como o de organizar-se, de manifestar-se, de escolher o

trabalho, de fazer greves. Os operários também lutaram por uma legislação trabalhista que regulasse o horário de trabalho, o descanso semanal, as férias, e por direitos sociais como o seguro de acidentes de trabalho e aposentadoria. (CARVALHO, 2018, p.65)

Nesse período, a maior conquista dessas lutas foi a criação das caixas de aposentadoria que, embora não atendesse a todos os setores, representou um avanço no que tange os direitos sociais. A partir daqui a tendência foi expandir aos demais trabalhadores de todos os tipos, chegando, inclusive aos trabalhadores rurais anos depois, tão negligenciados por governos anteriores.

Observando a década de 1930 do século XX, percebe-se mais ênfase aos direitos sociais, seguido por um retrocesso nos direitos civis e políticos. As manifestações da classe operária tornam-se mais intensas, resultando na conquista do direito de se organizarem em sindicatos. Estes seriam diretamente ligados ao Estado. Em 1937, dá-se outro passo atrás com a instauração de uma ditadura por Getúlio Vargas, instituindo o Estado Novo³, vigente até o ano de 1945.

Entre 1945 e 1964, o país vivencia sua primeira experiência democrática, época marcada pelo populismo e pelo nacionalismo. Até que, em 1964, o Brasil passa pelo que pode ser descrito como o período mais obscuro para a cidadania e para a democracia, momento esse que veio para destruir o pouco que havia sido conquistado naquele curto período de tempo após a primeira ditadura, e negar os direitos políticos e civis à população, principalmente, a quem se opusesse ao novo regime. Perseguições, cassação de direitos políticos, torturas, Atos Institucionais que dissolveram partidos políticos, aboliram eleições diretas para a presidência da república, e o pior, o AI 5, que afetou diretamente os direitos civis e políticos, marcaram esse momento sombrio de nossa história (CREMONESE, 2007). Contudo, é de surpreender que houve uma melhora no que tange os direitos sociais.

Depois da pressão política da oposição, da opinião pública, de intelectuais, artistas e da população em geral, os militares deixam o poder, de forma negociada, no ano de 1985. Novos partidos foram criados e a nova Constituição Federal foi promulgada em 1988. (CREMONESE, 2007, p.79)

³ Em novembro de 1937, por meio de uma aliança entre as forças armadas e os governadores, Getúlio Vargas dá um golpe de estado e fecha a Câmara dos Deputados e o Senado, instaurando o Estado Novo. Esse período será caracterizado por traços como nacionalismo, autoritarismo e centralização de poder, sendo parte constituinte na história da Era Vargas. (JESUS; MENDONÇA; KIRSTEN, 2017, p.2)

Após o Regime Militar de 1964, o país passa por um novo período de redemocratização, que apesar de ter realizado progressos no que diz respeito aos direitos políticos, que foram expandidos a boa parte da população, assim como os direitos sociais, ainda é considerado muito sensível e não está fora de perigo, conforme aponta Carvalho (2018). Para assegurar a democracia, a evolução e continuidade da cidadania, faz-se necessário assegurar que a população esteja conscientizada sobre seu papel na sociedade, da importância de se impor frente aos desafios do dia a dia enfrentados por minorias menos favorecidas, e pela população em geral, para que seus direitos assegurados na Constituição, não somente sejam concretizados, como também expandidos.

Esse momento da História do Brasil foi marcado por várias mudanças no âmbito educacional, pois todas aquelas esperanças de conscientização e progresso da sociedade brasileira, assim como de garantia da Democracia e dos direitos dos cidadãos anteriormente negados, eram depositadas na educação. Portanto, na próxima seção será realizada uma breve discussão acerca da relação que há entre educação e cidadania, tanto no Brasil, como no mundo, ao longo dos anos; da importância da formação para a cidadania na educação básica, em especial, dos anos iniciais do ensino fundamental; do ensino por competência, muito defendido por Perrenoud (2005).

3 EDUCAR PARA A CIDADANIA NO ÂMBITO ESCOLAR

A instituição escolar é um dos principais espaços de manifestação do processo educativo formal. É nesse espaço onde são construídos muitos dos conhecimentos que formarão quem somos e a forma como agiremos em sociedade. Através da educação é possível formar indivíduos mais conscientes de seu papel e lugar no mundo, responsáveis, conhecedores de seus direitos e principalmente seus deveres para com o outro, com a sociedade, com o planeta.

O mundo caótico sofre com injustiças, desigualdades, inseguranças, enfim, inúmeras mazelas que prejudicam o convívio saudável entre os indivíduos. Nesse contexto, deposita-se muita esperança na escola, tendo em vista sua influência, de formar sujeitos mais responsáveis, sensíveis aos problemas alheios, com o objetivo de amenizar os problemas sociais, como se ela sozinha fosse a solução para os males causados pelo próprio ser humano. Essas esperanças exageradas resultam em uma sobrecarga que mais atrapalha o desempenho das instituições.

Nesse contexto, resgata-se o tema da cidadania como se fosse a solução definitiva, afirmando que se a escola formasse verdadeiramente para a cidadania, o mundo seria um lugar melhor. Contudo, “a reflexão sobre a cidadania e sua aprendizagem não pode ser fruto do pensamento mágico, mas é preciso admitir as contradições de nossas sociedades e não esperar que a escola as assuma sozinha” (PERRENOUD, 2005, p.28).

É dever de quem tem o compromisso com a educação pensar até que ponto a escola pode atuar no intuito de formar cidadãos capazes de estabelecer uma boa convivência e para uma participação crítica e democrática na sociedade. A escola, obviamente, não pode trilhar sozinha esse caminho.

Ainda assim, uma parte da responsabilidade a obriga a dar atenção ao assunto e a questionar: como a escola pode contribuir para formar cidadãos? Como já foi evidenciado, cada sociedade possui sua própria concepção de cidadania e cidadão. Cada concepção está arraigada de valores que lhes são inerentes e perpetuados pela classe hegemônica. A função da educação, nesse sentido, seria a de formar os indivíduos provendo os conhecimentos fundamentais construídos ao longo da história, ensinando-lhes os valores e as normas necessários à vida em uma

determinada sociedade, ampliar as formas de enxergar a realidade de forma crítica, reflexiva e consciente, assim como para ter maturidade, sensibilidade, empatia suficientes para conviver com o outro e com as diferenças.

A educação para uma convivência cidadã deve preparar os jovens para que se envolvam ativamente na vida civil e política, participem da eleição de seus líderes e do controle destes, assim como da tomada de decisões para a melhoria individual e social das condições de vida. (SERRANO, 2002 p.13)

Contudo, é preciso ter em mente que “formar o cidadão não é tarefa para um dia e, para contar com eles quando homens, é preciso instruí-los ainda crianças”. (ROUSSEAU, 1958 apud FERREIRA, 1993, p.23). Certamente todos nós já nos pegamos refletindo sobre uma situação ou ação que nos levou a lembrar sobre algum ensinamento do passado, quando ainda éramos crianças. Ocorre porque o que se aprende na infância torna-se mais enraizado. Logo, se uma sociedade quer formar o cidadão, deve concentrar seus esforços na educação de base. A reflexão sobre como as nossas escolas estão formando as crianças e os jovens para o exercício pleno da cidadania torna-se primordial e indispensável, pois “o homem é produto do meio em que vive, da sociedade e da educação” (SCHNEEBERGER, 2009 apud SANTOS, 2013, p.3), ideia há muito defendida, desde os pensadores do iluminismo.

A propósito, o ensino formal e sistemático, semelhante ao que conhecemos hoje é um legado grego, conforme aponta Brandão (1985 apud LEAL, 2013), que foi resgatado mais tarde por pensadores iluministas, sendo o modelo seguido por instituições de ensino em todo o mundo.

O Iluminismo foi um movimento que revolucionou o pensamento intelectual e filosófico na Europa do século XVIII, em especial na França. Representou o ponto máximo das transformações culturais, que se iniciou durante o período renascentista (SANTOS, 2013). Essas transformações, por sua vez, marcariam o início de uma revolução na educação ocidental. Muitos pensadores, com destaque para Rousseau (1712-1778), fizeram grandes contribuições ao repensar o processo educacional e de ensino-aprendizagem, inspirando todo o sistema educacional contemporâneo.

Como é sabido, na transição da Idade Média para a Modernidade, houve uma hipervalorização das ciências, da razão e da humanidade, contrapondo-se ao obscurantismo sob o qual o mundo medieval estava imerso, contexto marcado pelas

relações sociais centradas na “Suserania” e na “Vassalagem”, e pelos dogmas da igreja católica, que se impunham sobre a educação.

Filósofos iluministas procuraram encarar o ensino como importante veículo das luzes e da razão no combate às superstições e ao obscurantismo religioso. O século XVIII realizou, pois, a transição do controle rígido da educação por parte da igreja católica para a tutela do Estado. (SANTOS, 2013, p.11)

Somente por meio da razão o ser humano poderia tornar-se livre, autônomo, feliz, promover o progresso social desejado, alcançar o verdadeiro conhecimento e estabelecer uma boa convivência com o outro, tendo na educação sua principal estratégia. Essa compreensão inspiraram as grandes revoluções, contribuindo para a construção da concepção do cidadão moderno e da educação por meio da qual esse cidadão surgiria.

Rousseau afirmava que “o homem é bom por natureza, considerando a sociedade como a principal instituição culpada pelo corrompimento humano. Daí a necessidade de reeducar os homens” (SANTOS, 2013, p.4). Em suas obras, que se tornaram inspiração para a Revolução Francesa, defendia uma educação com base na liberdade e na igualdade de todos os indivíduos, e que essa educação deveria ser iniciada ainda na infância, centrada na criança, para que ela própria tenha a chance de desenvolver sua autonomia.

Contudo, os pensamentos iluministas apresentam algumas crenças limitantes e idealizadas, de acordo com Leal (2013), ao considerarem que o meio onde a educação ocorre poderá fazer com que uma pessoa se desenvolva a partir de conhecimentos e experiências concretas. Questões de ordem biológica, para alguns pensadores, incluindo Rousseau, poderiam determinar as capacidades de aprendizagem de cada indivíduo. Outro ponto que se apresenta quando falamos sobre educação no iluminismo, talvez o mais importante, neste caso, é a demasiada expectativa que se depositava no processo educativo, ou seja, tinha-se uma visão muito idealizada de educação.

Para alguns filósofos e pensadores do movimento francês, o homem seria inteiramente tributário do processo educativo a que se submetera. A educação assume, sob tal enfoque, perspectiva totalizadora e profética, na medida em que, através dela poderiam ocorrer às necessárias reformas sociais sob o signo do homem pedagogicamente reformado (BOTO, 1996 apud LEAL, 2013, p.48).

Os anos se passaram, e essa expectativa exacerbada sobre a escola e a educação continua se perpetuando. Sabe-se, atualmente, que a escola não é um local de milagres, nem pode assumir sozinha o desafio de transformar o mundo. Ela é um dos vários caminhos que percorremos no longo processo educativo. Antes devemos compreender que a escola é mais uma invenção da sociedade, para passar adiante os conhecimentos acumulados historicamente às próximas gerações, logo a instituição escolar é o resultado desse coletivo, refletindo suas características de agir e pensar através de todos os segmentos que a compõe.

A escola existe sob influências dos mesmos sujeitos que habitam o mundo conturbado, o qual se deseja modificar. Portanto, Perrenoud (2005, p.8) faz um alerta: “não se pode exigir que ela preserve ou inculque valores que uma parte da sociedade vilipendia ou só respeita da boca para fora”. Ou seja, se o intuito, por exemplo, é educar pessoas para o convívio com as diferenças, para a tolerância, toda a comunidade escolar que irá lidar com aquele aluno deve atender no mínimo na mesma medida aquilo que prega.

O anseio por mudar a forma como os indivíduos agem no mundo, com a necessidade de erradicar certas adversidades resultantes de regimes autoritários anteriores que provocaram a negação de direitos ao longo da história mundial, incluindo o Brasil como um exemplo mais próximo, no caso das ditaduras, sendo a de 1964 mais grave, da qual ainda sentimos os reflexos até os dias de hoje, de repensar certas construções sociais que favorecem determinados grupos em detrimento de outros, faz com que muito se apele para uma educação voltada para uma formação cidadã, da qual, espera-se, resultarão sujeitos conscientes, sedentos de justiça, de vontade de agir para resolver os problemas, para conquistar novos direitos.

Hoje, sonhamos com uma cidadania livremente assumida, sem doutrinação. Por muito tempo a instrução cívica confundiu-se com a interiorização intensiva e pouco crítica de alguns princípios morais e com a preocupação de desenvolver um respeito incondicional às instituições, ao trabalho, à família, à lei, acompanhado de uma identificação com a pátria, com uma visão muito nacionalista da história e da geografia, com uma adesão colonialismo e em certa medida com o racismo e o desprezo por outras culturas. (PERRENOUD, 2005, p.22)

O respeito às instituições, família, trabalho, identificação do indivíduo com a nação, por exemplo, são necessários para o funcionamento da sociedade e para a manifestação da vontade de desempenhar uma boa ação como bom cidadão, mas

não são mais suficientes. Questões que hoje se apresentam com urgência como as desigualdades, preconceitos, governos autoritários, exigem uma formação mais sólida no que tange a criticidade do indivíduo, e não um adestramento para agir como querem aqueles que estão acima de nós hierarquicamente.

3.1 A questão da cidadania no contexto educacional brasileiro

Logo após a queda do Regime Militar, o Brasil passa por uma nova fase de redemocratização. Naturalmente, planos para a educação começam a ser discutidos para adequar os currículos ao novo contexto. A primeira eleição direta ocorreu no ano de 1989, elegendo Fernando Collor para o cargo de presidente, que mais tarde sofreria um impeachment (em 1992), e abriria a vaga para seu vice Itamar Franco, que ficaria no cargo até 1994. Nesse mesmo ano, Fernando Henrique Cardoso é eleito novo presidente da república, instituindo o neoliberalismo no Brasil (CARVALHO; ALVES, 2013), trazendo consigo novas propostas que giravam em torno de questões econômicas e educacionais.

No âmbito educacional assume o Ministério da Educação Paulo Renato Sousa. Entravam na pauta de discussão os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), apresentados ao público em 1995, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino fundamental (DCN) em 1998 e, no mesmo momento, discutia-se uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que viria a ser promulgada em 20 de dezembro de 1996. (CARVALHO; ALVES, 2013, p.27)

Promulgada logo após o período de redemocratização pós ditadura militar, a Constituição Brasileira, alcunhada “Constituição Cidadã”, vem elucidar o objetivo da educação brasileira: formar cidadãos, meta reafirmada pela Lei de Diretrizes e Bases de 1996 - LDB,

na qual fora reforçada a tese de que cabe ao poder público oferecer a todos uma “formação básica comum, o que pressupõe a formulação de um conjunto de diretrizes capaz de nortear os currículos e seus conteúdos mínimos, incumbência que, nos termos do art. 9º, inciso IV, é remetida para a União”. (LEAL, 2013, p.51)

Ao mesmo tempo em FHC assume o poder, as discussões sobre novos planos para a educação estavam sendo realizadas em todo o mundo. As propostas para a educação no Brasil estavam em sintonia com as discussões internacionais, que tinham como meta uma educação de qualidade total para todos e para a cidadania.

O tema da cidadania volta a pautar a discussão tanto no âmbito educacional, quanto do ensino de História, com repercussões na esfera do poder. O

governo federal, através do Ministério da Educação, convoca especialistas das diversas áreas da educação nacional para uma discussão sobre as propostas curriculares oficiais que deveriam nortear as secretarias estaduais e municipais de educação no que diz respeito aos seus programas de ensino. (CARVALHO; ALVES, 2013, p.34)

A ênfase foi dada ao ensino de História pelo fato de ser a área do conhecimento responsável por passar adiante as memórias das sociedades, de preservar sua identidade enquanto nação, e nos ajudar a interpretar a realidade presente, traçar planos para o futuro buscando aprimorar aquilo que houve de bom, e evitar as práticas mais prejudiciais à sociedade.

Ainda durante o governo de FHC, foram elaborados os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, cujo objetivo era propor um novo currículo comum, reformulado seguindo os parâmetros internacionais então em discussão, dentre eles Temas Transversais⁴, bem como inspirado na nova Constituição, que pudesse ser garantido a todos os indivíduos a aquisição de conhecimentos disciplinares básicos, assim como a recomendação de temas diversos, como as questões sociais, políticas, ambientais, por exemplo, para serem trabalhados de forma transversal, visando a formação de um cidadão crítico, reflexivo, um verdadeiro agente na sociedade. Nesse sentido “Um currículo que viesse atender a diversidade da população brasileira e servir como referência teórica e metodológica para que as escolas brasileiras pudessem organizar seus projetos político-pedagógicos” (CARVALHO; ALVES, 2013, p.35).

Mais tarde, os PCN foram substituídos pela Base Nacional Comum Curricular, a BNCC, publicada em 2017, documento que elenca os conhecimentos que devem ser desenvolvidos por todos os cidadãos brasileiros, para que, a partir deles, seja criado um uma situação de construção de novos conhecimentos, dos quais o exercício consciente da cidadania exige. Esses conhecimentos giram em torno da proposta do desenvolvimento de competências, definida no documento como

a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (BRASIL, 2018, p.8)

⁴ O Temas Transversais, presentes já nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, consistem em temas que não pertencem a uma disciplina específica. Devem atravessar todas elas em um trabalho interdisciplinar, e correspondem a questões presentes na vida cotidiana. (MENEZES, 2001)

O documento define um conjunto de dez competências gerais que estabelece como meta para todo o processo educacional de base, ou seja, da educação infantil ao ensino médio. Todavia, um conjunto de saberes não são suficientes para formar indivíduos preparados para assumir seu papel na escrita de sua própria história e da sociedade, com autonomia.

De acordo com Perrenoud (2005), a educação para a cidadania perpassa o currículo real, o que significa que deve estar imersa em todo o sistema educacional: em todas as disciplinas e todos os momentos da vida escolar. Ou seja, uma educação que seja concebida pelo exemplo e pela prática.

Ela encontra seu nicho na relação pedagógica, no respeito às diferenças e à esfera privada dos alunos, na avaliação, no sistema de aprovação, na seleção, na relação com as famílias, mas também no estatuto do questionamento e do debate em sala de aula, na relação com o saber privilegiado por este ou aquele professor, no tempo reservado para negociar com os alunos os conteúdos, as modalidades e a organização do trabalho escolar. (PERRENOUD, 2005, p.13)

Alinhado a essa compreensão, Serrano (2002, p.10), nos diz que “deve-se potencializar e propiciar o desenvolvimento de uma pedagogia participativa, na qual se ensine os alunos a se envolverem ativamente na participação e tomada de decisões”, promovendo debates, sobre situações vivenciadas dentro e fora do ambiente escolar, acontecimentos veiculados pela mídia, promovendo debates, mobilizando a razão e estimulando o pensamento crítico frente aos fatos, como casos de violência, de preconceitos, por exemplo, entre outros. Ou mesmo dar voz aos sujeitos acerca do funcionamento da própria rotina escolar, como os horários, regras, currículo, fazendo o aluno a refletir sobre o porquê da necessidade de seguir tal ordem, ao invés de ser algo simplesmente imposto sem nada significar para o aluno.

Neste sentido, a própria seleção dos conteúdos adotada pelas escolas, assim como as metodologias aplicadas por professores, exige uma resignificação em seus objetivos de modo que se possa ampliar sua abrangência e permitir ao aluno o desenvolvimento da sua capacidade para posicionar-se de forma responsável diante dos fatos e das questões que interferem diretamente na vida em sociedade. (LEAL, 2013, p.53)

Todo processo educativo possui uma finalidade, que, por sua vez, irá exigir toda uma adequação do meio para alcançá-la. Nesse caso, o objetivo deve ser formar o cidadão, que está diretamente ligado à educação para o exercício da democracia (FERREIRA, 1993). A escola deve planejar seu currículo, suas ações sempre visando se adequar em torno de três pontos:

1. Permitir a cada um construir os conhecimentos e as competências necessárias para fazer frente à complexidade do mundo e da sociedade[...];
2. Utilizar os saberes para desenvolver a razão, o respeito à maneira de ser e opinião do outro [...];
3. Consagrar tempo, meios, competências e inventividade didática em um trabalho mais intensivo e continuado sobre os valores, as representações e os conhecimentos que toda democracia, todo contrato social pressupõe. (PERRENOUD, 2005, p.11)

Portanto, a escola deveria dedicar-se ao desenvolvimento intelectual, racional, social, ético, bem como de valores universais e conhecimentos inerentes à participação cidadã e democrática na sociedade. Pensar uma educação para a cidadania efetivada em um trabalho coletivo evoca a participação de todos os segmentos da instituição, que deverão estar comprometidos com o objetivo.

Professores, pais, gestores, assim como toda a comunidade da qual a escola faz parte e atende, devem estar em sintonia para que os alunos possam ampliar os conhecimentos necessários ao desenvolvimento de suas competências, sem que esses conhecimentos sejam desconstruídos em outros espaços.

3.2 Educação por competências: pela liberdade, solidariedade e democracia

O sistema escolar perde muito tempo com o ensino de conhecimentos que são dispensáveis ao indivíduo comum, sob a desculpa que o mesmo será necessário às etapas seguintes e à universidade. Por que não dedicar tempo para reflexão, seleção e ensino de conhecimentos que serão realmente indispensáveis ao cidadão no seu dia a dia? Em vez de conceber o programa escolar como um conjunto de conhecimentos que se espera que um dia tenham utilidade, seria melhor direcioná-lo para o desenvolvimento de competências e ensinar prioritariamente saberes que funcionem como verdadeiros recursos. (PERRENOUD, 2005, p.72).

O ensino por competências tem sido apontado por alguns pensadores como um caminho para a formação integral de indivíduos críticos e independentes.

As competências mobilizam conhecimentos, mas não se reduzem a eles. Manifestam-se na capacidade de um sujeito de mobilizar diversos recursos cognitivos para agir com discernimento diante de situações complexas imprevisíveis, mutáveis e sempre singulares. (LE BOTERF, 1994; PERRENOUD, 2000a apud PERRENOUD, 2005, p.69)

Ou seja, um indivíduo com competência é aquele que tem a capacidade de fazer a leitura da realidade, com suas adversidades, progressos, retrocessos, e

compreendê-la para planejar uma ação adequada e conseguir intervir de forma a saber se posicionar e agir frente a situações que se apresentem no dia a dia em sociedade.

Educar sujeitos para desenvolver competências é ajudar os alunos a se perceberem como autores da própria história, assim como compreenderem que também são responsáveis por si e pelos outros. Para isso, o indivíduo precisa perceber-se como um sujeito livre e responsável por suas escolhas. Já a escola deve possibilitar aos alunos adquirir recursos como saberes, técnicas, métodos e exercitá-los para que sejam capazes de mobilizá-los frente a situações complexas. (Perrenoud, 2005).

A abordagem por competência requer um processo de aprendizagem ativo. O aluno torna-se o principal autor na construção de saberes. O professor, seu mediador, irá orientar nesse curso, propiciando situações-problema para estimular a criticidade, o dinamismo na organização de conhecimento do aluno, para que desenvolva as competências para o exercício da cidadania. Nesse sentido, percebe-se que essa abordagem está diretamente ligada à perspectiva construtivista de ensino-aprendizagem.

Quais são os próximos passos para a serem seguidos? Antes de qualquer coisa, deve-se refletir acerca dos seguintes pontos: a formação dos professores, questão determinante para alcançar os objetivos, afinal, são esses profissionais que irão lidar diretamente com o processo de aprendizagem dos alunos. São eles os mediadores do conhecimento que levarão à formação do sujeito. O professor é o “elemento-chave, [...] é o encarregado de concretizar as grandes em realizações práticas na vida da classe. (SERRANO, 2002, p.57); um currículo reformulado, com uma proposta para os saberes disciplinares mais enxuta, objetiva, preocupada de fato com o desenvolvimento do educando e não somente com os estudos futuros, como os cursos de formação para o mundo do trabalho, denunciando a influência do capitalismo em busca de aprimoramento de sua mão de obra para maior produtividade, assim como metodologias mais eficientes para mobilizar esses saberes de forma mediada, como a resolução de problemas, estudos de casos, ou seja, atividades que estimulem a razão e o pensamento crítico do aluno, com o objetivo de formar para vida. Algumas das competências são, por exemplo

governar sua existência, constituir uma família, trabalhar, enfrentar o desemprego sem se destruir, votar, participar, formar-se, organizar seu lazer, gerir seus bens, ter uma certa independência em face das mídias, cuidar de sua saúde, compreender o mundo. (PERRENOUD, 2005, p.70)

Em síntese, a escola deve se comprometer em propiciar um espaço para apropriação e construção ativas de conhecimentos necessários ao desenvolvimento da cidadania e aprendizagem da democracia por meio da experiência, tudo pensado para direcionar o aluno de forma ativa para o desenvolvimento de competências que são construídas com os saberes disciplinares, de situações reais, na prática, que serão indispensáveis tanto na vida privada, quanto na vida em sociedade. Tais competências, por sua vez, contribuirão para o desenvolvimento da solidariedade, do reconhecimento da liberdade individual a serviço de uma participação e convivência democráticas.

Toda a noção de cidadania, desde a antiguidade, como podemos notar, está ligada à noção de liberdade e à necessidade de agir. O indivíduo reconhecendo-se enquanto sujeito livre, autônomo, de certa forma independente, se sente capaz e no direito de lutar pelo que acredita. Contudo, tanta liberdade uma hora ou outra acabará esbarrando nas crenças e ideais de outros, que também se reconhecem enquanto sujeitos livres e nos mesmos direitos de agir. Está situação, quando há conhecimento e maturidade para lidar com ela, torna-se geradora de conflitos, e de todas as adversidades outrora citadas: preconceitos, injustiças, desigualdades, entre muitas outras.

Perrenoud descreve a solidariedade como “um componente da cidadania” (2005, p.16), sem o qual não pode se concretizar. Solidariedade é um valor que leva o ser humano a se conectar com o outro, que une e gera empatia. O valor da solidariedade,

a defesa do interesse público e o respeito à dignidade da pessoa humana tendem a resgatar o sentido de participação política, bem como a garantia de efetivação dos direitos fundamentais. Essa solidariedade significa abrir caminho para a participação dos cidadãos nas instituições do Estado, na ocupação dos espaços nas instituições da sociedade civil, de modo a criar mecanismos de articulação entre Estado e sociedade, visando ao alcance da liberdade para o exercício dos direitos fundamentais e a igualdade entre todos os membros da sociedade. (OLIVEIRA, 2010, p.18)

Portanto, ao repensar os currículos, as propostas para educação, os planos de ação das escolas visando a formação do cidadão com todas as competências, que

espera-se serem desenvolvidas e postas em prática na sociedade pelos alunos, o desenvolvimento do valor da solidariedade deve estar em primeiro lugar, pois não há cidadania, não há democracia e nenhuma sociedade pode erradicar seus males sem antes pensar nos demais indivíduos, com respeito, considerando seus direitos, suas particularidades, suas necessidades. Solidariedade deve ser a base de todo processo educativo com intuito de formar para o verdadeiro exercício da cidadania.

Para entender melhor como essas questões estão sendo tratadas na realidade das escolas da rede básica de ensino, foram selecionadas duas escolas no município de Mossoró/RN, a fim de verificar nos Projetos Políticos Pedagógicos e nas falas de professores que atuam nessas escolas, as propostas e práticas com vistas a formação do cidadão. É sobre esse assunto que será discutido na próxima seção deste trabalho.

4 CIDADANIA NO CONTEXTO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE MOSSORÓ/RN

Até aqui já foi possível perceber a dificuldade de se trabalhar o tema cidadania diante do tremendo esforço que demanda sua definição e compreensão ao longo da história. Diante de tanta demanda e expectativas elevadas para que a escola forme cidadãos, que dirão os professores que se veem imersos na responsabilidade de formar seus alunos com características que atendam as expectativas impostas por aqueles que organizam as normas e diretrizes para a educação e a sociedade como um todo? É sobre essa questão que esta seção pretende discutir ao realizar um diálogo entre os autores apresentados até este momento, e os sujeitos que estão à frente do processo educacional de escolas de ensino fundamental estabelecidas no município de Mossoró/RN.

A princípio, pretendia-se reunir as vozes de quatro professores do ensino fundamental, especificamente professores que atuam em turmas do 4º e 5º dos anos iniciais de duas escolas públicas estaduais inseridas em Mossoró, e analisar no PPP as propostas para uma formação cidadã, como projetos, atividades e conhecimentos disciplinares. Contudo, o número almejado de sujeitos não foi atingido, sendo muito compreensível tendo em vista a realidade na qual o mundo está vivendo devido à pandemia de Covid-19 e, com isso, a reorganização do trabalho escolar para adaptação ao ensino remoto, o que tem levado os docentes a uma grande demanda de trabalho. Mesmo assim, o resultado é otimista pois tivemos retorno de três professores, isto é, mais da metade do alvo atingido. Em relação ao PPP, somente uma das escolas forneceu o documento, e será a partir dele que poderemos ter noção sobre as propostas pedagógicas. Esses dados, então, serão as referências para poder traçar um panorama sobre como os alunos de Mossoró estão sendo formados para a cidadania.

4.1 Caracterização das escolas e sujeitos da pesquisa

Ambas as escolas foram os espaços que proporcionaram à autora suas primeiras experiências na docência durante a participação em programas formativos como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – Pibid e o Residência Pedagógica – Resped, no período de 2018 a 2022.

A primeira, que será identificada como **Escola P** em referência ao Pibid, foi parceira do Pibid durante os 18 meses, de 2018 a 2020. A segunda, que será chamada **Escola R**, em referência ao Resped, foi parceira do Resped nos 18 meses, no período de 2020 a 2022. Ambas são escolas estaduais.

Como não foi possível o acesso ao próprio Projeto Político Pedagógico da **Escola P**, as informações que serão apresentadas ao longo do texto foram extraídas do projeto elaborado para a edição do Pibid (2018), a fim de conhecer a realidade e as características do espaço. Tais informações que consta no projeto foram retiradas do PPP, que na época estava na edição de 2016. Ainda que não sejam dados recentes, podem nos dar uma noção sobre a realidade escolar e sobre a comunidade a qual atende. Infelizmente, não nos permite uma maior visão de como a escola lida com a temática da cidadania, seus objetivos e atividades que desenvolve com o objetivo de formar para a cidadania, deixando a responsabilidade para os professores que colaboraram com o questionário.

A **Escola P** está localizada na zona urbana de Mossoró/RN. Atende alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. No momento de elaboração do projeto Pibid, a escola tinha uma demanda de 263 alunos matriculados entre os turnos matutino e vespertino, dos quais 16 possuíam algum tipo de necessidade especial (deficiência intelectual, autismo e baixa visão). Os alunos eram oriundos de comunidades periféricas da cidade e pertencentes a famílias carentes, de baixa renda, que sobrevivem, em sua maioria, de salários mínimos, programas sociais como o Bolsa Família e outros, e/ou trabalho autônomo.

A estrutura onde a escola desenvolve suas atividades ainda hoje funciona onde antes era uma casa com espaços pequenos que, por vezes, dificulta a realização de atividades. Possui biblioteca e laboratório de informática, espaços onde são desenvolvidas atividades semanais com o acompanhamento de um professor específico. Tais atividades objetivam o desenvolvimento de habilidades de leitura, de escrita, e matemática, visando o avanço dos alunos e superar a meta do IDEB para aquele período, ano 2016. A escola atingiu o percentual de 5,2 no IDEB/2015 superando a meta projetada que era de 4,6.

A **Escola R** está localizada em bairro periférico de Mossoró/RN, área urbana, o qual apresenta muitas carências na sua infraestrutura, como saneamento básico deficitário, com esgotos a céu aberto, e problemas de segurança, afetando a vida cultural, social e econômica da comunidade.

A escola iniciou suas atividades no ano de 1977. Atualmente, oferece Ensino Fundamental e Médio, funcionando nos três turnos: Matutino, Vespertino e Noturno. Atende às famílias do bairro, que vivem em áreas carentes com poucas opções de lazer, cultura e saneamento básico. Portanto, a escola está comprometida em garantir um ensino de qualidade, que venha a suprir essas carências para que possa formar os alunos de forma integral e plena.

Até a data de elaboração do PPP 2019 – 2021, a escola atendia 1093 alunos. Desses, 320 alunos estavam matriculados entre o 1º e o 5º ano no turno matutino, 345 entre o 6º e o 9º ano no turno vespertino, e 428 entre o 1º e o 3º ano do Ensino Médio Noturno. A escola conta com 15 salas, sendo uma sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), um serviço de Educação desenvolvido na rede regular de ensino que organiza recursos Pedagógicos e de acessibilidade, visando eliminar barreiras para plena participação e inclusão dos alunos, levando em conta suas especificidades e deficiências. A sala de AEE funciona como polo e atende, além dessa escola onde está inserida, mais três escolas da comunidade.

Conta, também, com uma sala de informática, uma sala de vídeo, uma sala de leitura, sala de direção, sala de professores, sala de supervisão e secretaria. O quadro de servidores conta com 81 pessoas, sendo 54 professores, 23 funcionários, 1 gestora, 1 vice gestora, 1 coordenadora pedagógica e 1 coordenadora administrativa, além de 4 funcionários terceirizados.

Dos sujeitos que responderam ao questionário 100% se declaram do gênero feminino. Todas possuem formação superior em Pedagogia, sendo que uma possui especialização. A mesma não especificou em qual área. Estão em uma faixa etária que varia entre 20 e 50 anos. Para preservar a identidade das professoras serão chamadas: **P1**, **P2**, **P3**. Quando questionadas sobre o tempo de atuação, **P1** responde que já trabalha há 30 anos entre escola pública e privada; **P2** atua há 8 anos; **P3** conta com 13 anos de atuação profissional.

4.2 Projeto Político Pedagógico: propostas para uma formação cidadã

Antes de abordar as vozes das professoras que participaram da pesquisa, foi feita uma consulta ao PPP, gentilmente disponibilizado para análise pela **Escola R**, com o objetivo de verificar como a educação para a cidadania se articula com o trabalho desenvolvido na instituição, bem como as intervenções e projetos predeterminados para o período ao qual o PPP foi direcionado.

Primeiramente, cabe uma breve explanação sobre o que é o Projeto Político Pedagógico, e sua relevância para a escola. O PPP é um documento no qual são definidos os planos, objetivos e projetos para a escola. Por meio desse projeto, podemos conhecer um pouco sobre a história da instituição, sobre aqueles que lá atuam profissionalmente, assim como sobre a comunidade a qual atende, seus alunos e familiares. Ou seja, o PPP é como a identidade da escola. É lá onde estão expostas todas as intenções para o processo educativo dos alunos que a frequentam, onde se pretende chegar. É um documento que possui duas dimensões: política e pedagógica. Nas palavras de Veiga, é

político no sentido de compromisso com a formação cidadã para um tipo de sociedade. [...] Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, comprometido, crítico e criativo. Pedagógico no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade. (2013, p.13)

Além de servir como um norte para o trabalho escolar, também funciona como espaço democrático, coletivo, pois o mesmo exige participação de todos os segmentos que vivenciam a escola. Necessita de muita aproximação de todos os membros que trabalham na escola com a comunidade. Exige a mobilização de conhecimento sobre a realidade escolar e do meio onde a escola foi estabelecida para que seja possível traçar um plano que venha a atender as reais necessidades sociais locais. O processo de elaboração de um PPP exige autonomia escolar e estimula o diálogo, o debate, a resolução de problemas e a tomada de decisão. O PPP

preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativa e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão. (VEIGA, 2013, p.13-14)

Nada melhor do que buscar no PPP das escolas as propostas para a formação cidadã de nossos alunos. Pensando nisso, surge a necessidade de verificar como a educação para a cidadania está posta nos PPP das escolas selecionadas para a pesquisa, pois a própria construção de um PPP é um exercício de cidadania na medida em que incita a participação de todos por todos, em sintonia com o propósito comum, pois assim afirma Gadotti (1995, p.49): “a participação e a democratização num sistema público de ensino é a forma mais prática de formação para a cidadania”.

O PPP da **Escola R** afirma diversas vezes o objetivo de formar o cidadão. Elaborado seguindo algumas etapas: foram realizadas algumas reuniões com grupos formados por trabalhadores da escola; em seguida, foi realizada uma reunião entre a e os familiares de alunos para elucidar sobre o que é o PPP, assim como solicitar sugestões para melhorias a serem feitas no trabalho escolar e na educação. Na ocasião, foi aplicado um questionário socioeconômico para tomar conhecimento sobre quem são essas pessoas que são atendidas pela instituição; Educação de qualidade, que ofereça conhecimentos significativos e espaço adequado para sua construção, que eduque sujeitos ativos, participativos, comprometidos e com capacidade para lutarem para reivindicar seus direitos, é prioridade para a escola. O PPP em questão foi então elaborado como norte para a concretização desses desejos, convidando a todos para a participação e sua construção.

A concepção de educação que vigora na **Escola R**, atualmente, de acordo com o seu PPP, foi inspirada nas concepções de Vygotsky, Piaget e Emília Ferreiro, ou seja, a escola atua em uma perspectiva construtivista e sócio interacionista. Tal concepção compreende que nenhum conhecimento está acabado, e sim, vai sendo modificado, aprimorado na interação do sujeito com o meio físico e social. Ou seja, valoriza os conhecimentos prévios que os alunos trazem consigo, sua subjetividade, a forma como vê e interpreta a realidade, em resumo, sua visão de mundo.

Pretendemos que o nosso aluno desenvolva habilidades cognitivas, adquira o sentimento de solidariedade e amor ao próximo, demonstre responsabilidade por sua aprendizagem, cuide de suas atividades e de seu material escolar. Queremos ainda que demonstre as habilidades e competências necessárias para solucionar problemas, tomar decisões identificando e avaliando diferentes alternativas nas mais diferentes circunstâncias, com pensamento crítico inovador e empreendedor. (PPP, 2019, p.27)

É missão da escola a formação plena do indivíduo. Para isso, considera os aspectos físicos, afetivo, intelectual, moral e social, bem como o desenvolvimento de suas capacidades, habilidades e potencialidades em seus processos educativos, e assim, ser reconhecida pela comunidade por seu bom desempenho na formação de seus alunos, tanto no que tange aos conhecimentos disciplinares, de leitura e escrita, quanto pela disposição de educar os indivíduos com sólida consciência cidadã, de forma moral e ética. Visando a formação para a cidadania, a escola e as ações desenvolvidas procuram estimular o desenvolvimento, durante toda a jornada escolar, de valores que consideram imprescindíveis para o cidadão e para a sociedade atual: responsabilidade, cooperação, ética, respeito, justiça e excelência.

Tanto empenho é motivado pelo desejo de formar pessoas capazes de construir um mundo mais harmonioso, onde os direitos e os deveres de todos os indivíduos contidos na legislação brasileira sejam cumpridos, sem distinção entre os mesmos, respeitando e garantindo os direitos individuais e coletivos. Ou seja, é da vontade da instituição que seus alunos atuem em sociedade valorizando as diferenças, para que esses mesmos indivíduos possam ser cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres, usufruindo principalmente dos bens culturais, científicos e tecnológicos do mundo moderno.

Nesse sentido, a escola direciona suas atividades com o intuito de desenvolver nos alunos habilidades cognitivas, o sentimento de solidariedade e amor ao próximo, para que assim possa demonstrar responsabilidade por sua vida e pela vida do outro. Objetiva-se também auxiliar no desenvolvimento de habilidades e competências necessárias para a resolução de problemas e tomadas de decisões frente à realidade e a situações complexas da vida e da sociedade, para que sejam capazes de mobilizar os conhecimentos construídos na escola, assim como os conhecimentos experienciais e disciplinares.

O trabalho do professor é muito valorizado na **Escola R**, pois são eles que estão à frente do processo, mediando as atividades. São orientados a trabalharem de forma contextualizada e interdisciplinar, com respeito à individualidade e à diversidade, almejando o desenvolvimento habilidades e competências necessárias para a aquisição de uma aprendizagem significativa.

Sendo assim, o documento propõe, com base na perspectiva sócio construtivista de educação, metodologias de ensino nas quais utilizem, entre outras, de seminários, estudo do meio, desenvolvimento de projetos, debates, trabalho em grupo, aulas experimentais e de campo, pesquisas em internet, livros, revistas e jornais, leitura e interpretação de vários gêneros textuais, produção de texto, atividades individuais e coletivas, que orientando-se pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental que abrangem toda a etapa do ensino fundamental, ou seja de 1º a 9º ano, engloba temas abrangentes e contemporâneos durante as atividades antes mencionadas, tais como saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, direitos das crianças e dos adolescentes, preservação do meio ambiente, educação para o consumo, educação para os direitos humanos, sociais e econômicos e relações étnico-raciais.

4.3 Cidadania nas escolas: fala de professoras

A fim de investigar as práticas docentes que estão sendo desenvolvidas nas escolas escolhidas como lócus dessa pesquisa, foi elaborado e disponibilizado um questionário contendo 12 questões para conhecer os sujeitos. As questões giram em torno da formação das professoras que colaboraram com a pesquisa; do tempo de atuação; do conhecimento sobre o tema da cidadania e sobre o contato que tiveram com as discussões durante a graduação; de atividades realizadas com o objetivo de educar para a cidadania; de possíveis dificuldades encontradas nesse processo e como fazem para superá-las.

A primeira questão foi pensada a fim de saber a compreensão das professoras acerca do que é ser cidadão, pois um propósito não pode ser cumprido se não há conhecimento claro daquilo que se quer alcançar.

O que significa ser cidadã(ão)?
P1: É ter direito a vida e liberdade de escolha.
P2: ser cidadão é conviver em sociedade e poder gozar dos seus direitos.
P3: Cumprir com seus deveres perante a sociedade e usufruir de seus direitos.

Quadro 1 - Fonte: elaborado pela autora.

As falas, de maneira bem sucinta, conseguem refletir o conhecimento sobre os conceitos básicos inerentes ao conceito de cidadania, como direitos, deveres e

liberdade. Todas demonstraram ter uma noção bastante semelhante do significado de cidadão, apontando para o indivíduo de direitos e deveres, com liberdade para usufruir desses direitos, com responsabilidade para cumprir seus deveres perante a sociedade. Ao mesmo tempo, apontam para um a compreensão de um cidadão que é capaz de conviver harmoniosamente em sociedade, sem prejudicar o direito do semelhante, pois reconhece no outro um igual.

Saber conviver em sociedade exige uma conscientização do cidadão, para que desenvolva a habilidade para tal convivência, como o reconhecimento da diversidade presente na sociedade, a necessidade do respeito e da tolerância. Exige desses indivíduos atitudes de cooperação e solidariedade para com a comunidade, aceitação da diversidade, do pluralismo. Exige empatia, disposição para dialogar, para respeitar as identidades das outras pessoas, de outros povos e culturas, assim como desenvolver e pôr em prática atitudes de cooperação com essas mesmas comunidades, com os sujeitos que a integram e suas culturas. (SERRANO, 2002).

Na tentativa de aprofundar sobre os conhecimentos e suas origens, foi questionado sobre os meios pelos quais as professoras se aproximaram do tema ainda durante a graduação, se houve algum contato com tema da cidadania em suas jornadas acadêmicas, afinal formar o cidadão é dos objetivos primários descritos nos documentos normativos que, baseados no Art. 205 da Constituição Federal de 1988, apresentam como sendo objetivo da educação brasileira. No mínimo, espera-se que uma graduação voltada para a docência, nesse contexto, aborde a temática em algum momento. Infelizmente, as respostas para tal questionamento foram bastante sucintas, e não houve maiores detalhamentos.

Durante sua graduação, você participou de discussões a respeito do tema Educação para a Cidadania? Por exemplo, em eventos, disciplinas, programas formativos e outros. Se sim, que significado teve/tem para você e como contribuiu para sua formação e atuação na escola?

P1: Sim

P2: Não.

P3: Sim. A temática nos conduziu a reflexão de nosso papel na sociedade. Sempre busco despertar em meus alunos essa reflexão sobre as ações cidadãos.

O que mais chama atenção aqui é o fato da **P2** alegar não ter tido contato com tais discussões em seu processo formativo na graduação, visto que poderia apontar para uma lacuna na formação dessa docente e um empecilho para o desenvolvimento de seu trabalho em sala de aula.

As demais afirmam que sim, tiveram algum contato com a temática, com destaque para a **P3**, que demonstra um pouco mais de envolvimento com o tema. Em sua experiência, afirma que essas discussões foram geradoras de reflexão sobre o papel dos sujeitos enquanto cidadãos. Certamente essas reflexões estão sendo mobilizadas nos momentos de planejamento e execução de atividades que favoreçam a formação cidadã em sala de aula.

O que se percebe nesse ponto das falas é a urgente necessidade de trazer as(os) professoras(es) da rede básica para aprofundar os estudos sobre a cidadania. Os conhecimentos parecem ser muito limitados, considerando a complexidade do tema e a abordagem resumida nas falas das professoras. Nada impede que qualquer pessoa possa por espontânea vontade buscar conhecimento, porém, em se tratando de educadoras(es), deve haver um incentivo maior dos representantes, das secretarias de educação, do próprio ministério da educação, em munir os professores de conhecimentos sistematizados para aprimorar as ações docentes e a educação em geral.

As universidades e faculdades de educação precisam abrir mais portas e atrair aqueles que já atuam, e formar aqueles que ainda estão cursando as licenciaturas para que não saiam com esta lacuna. Se formar o cidadão é objetivo primário para a educação no país, é de se esperar maior atenção de autoridades, daqueles que organizam e normatizam a educação, na formação dos professores, pois estes, sim, são aqueles que podem fazer cumprir a meta de formar para a cidadania através de suas ações, e tais ações exigem profundo conhecimento. Portanto, sobre o sistema educacional, Perrenoud afirma que “não seria mau que ele difundisse modelos e relatos de práticas, organizasse encontros, que desenvolvesse e difundisse ferramentas, que oferecesse acompanhamentos!” (2005, p. 43). E que essas estratégias tornassem a realidade mais promissora.

Considerando os possíveis conhecimentos reunidos na graduação e das experiências, bem como a urgência de se trabalhar a cidadania nas escolas, foi perguntado sobre como as professoras julgam o ensino com o objetivo de formar cidadão.

<p>Você acredita ser relevante um ensino voltado para uma formação cidadã? Por quê?</p>
<p>P1: Sim. A formação cidadã vai garantir ao estudante o conceito de cidadania para que através dele possamos ajudar a se tornar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres.</p>
<p>P2: Sim. Educar para a cidadania contribui para uma formação integral dos estudantes, incentivando-os a buscarem soluções para situações de desigualdades e de injustiças sociais, impulsionando a construção de uma educação democrática.</p>
<p>P3: Sim. Pois vivemos em sociedade e é importante sabermos como agir diante de nossos direitos e deveres.</p>

Quadro 3 - Fonte: elaborado pela autora.

Aqui destacam-se as palavras da **P2**, em primeiro lugar, no sentido da busca pelo próprio conhecimento sobre o tema. Apesar de na questão anterior ter demonstrado não ter vivenciado nenhuma experiência, nenhum tipo de aproximação na graduação, ela expõe a autonomia ao mostrar que tem buscado esses conhecimentos para poder desempenhar seu papel, indo além do básico que se discute sobre cidadania. Característica essencial de qualquer cidadão. Esse é um ponto muito positivo que percebemos durante a pesquisa. Há a busca ativa de conhecimento por parte das docentes, que poderá contribuir para a educação dos alunos através do exemplo.

Ela enxerga no cidadão um sujeito, não somente de direitos e deveres, mas alguém capaz de agir para melhorar a sociedade na qual vive. Alguém que se sensibiliza com a situação alheia, e mais que isso, tem autonomia e coragem para buscar a resolução do problema. Todas julgam indispensável e relevante o ensino voltado para a formação cidadã, retomando a necessidade de formar sujeitos conscientes de seu lugar no mundo, visando a democracia, a ação em sociedade e apontam para um caminho lógico para se atingir a meta, fornecendo os

conhecimentos necessários para que o sujeito tome consciência de seu lugar na sociedade, dando-lhes as bases para a construção de novos conhecimentos, novas formas de enxergar a realidade, através de seus próprios olhos. Esses conhecimentos deverão ser direcionados para a formação integral e plena do sujeito, para o desenvolvimento de competências, para solucionar problemas e agir frente às desigualdades, injustiças, visando a construção de uma sociedade melhor. O próprio PPP, ao qual tivemos acesso, expressa intensamente o intuito de iluminar as consciências dos alunos para essas questões, e que para isto, educar para a cidadania deve ter primazia.

Percebe-se, a partir das falas das professoras, que a temática da cidadania realmente tem prioridade, tanto para elas, quanto para as escolas onde foi desenvolvido o estudo, conforme verificado no PPP. A próxima questão foi importante para saber quão engajadas estão com o objetivo de educar para a cidadania, e quais atividades desenvolvem com tal finalidade.

<p>Quais práticas você desenvolve em sala de aula visando a formação cidadã? Descreva como essas atividades são realizadas, por exemplo, por meio de discussões sobre temas variados, projetos, ações na escola e/ou na comunidade. Como você avalia os resultados dessas atividades?</p>
<p>P1: Através de leitura e questionamentos</p>
<p>P2: Sempre trabalho a cidadania com os meus alunos, através de aulas interativas. Nas aulas de ensino religioso, trabalho valores, como: respeito, generosidade, diálogo, solidariedade, bondade, perdão, cooperação, visando uma boa formação cidadã. A escola trabalha projetos e ações com a comunidade. O retorno é sempre positivo.</p>
<p>P3: Propondo debates baseados em situações problemas.</p>

Quadro 4 - Fonte: elaborado pela autora.

As atividades apresentam alguma coerência com o que vem sendo apresentado até aqui. Como é possível notar, as atividades consistem principalmente em momentos de discussões e debates, acerca de temas diversos. Para isso, foi afirmado que existe um incentivo à leitura, pois a discussão e a argumentação necessitam um conjunto de conhecimentos que deverão ser manifestados nesse momento.

Atividades como essas auxiliam na aprendizagem da habilidade de argumentação, fornece um repertório muito mais amplo sobre uma variedade de assuntos. Assim, diante de uma situação ou problema que precise ser resolvido, o sujeito poderá sentir mais facilidade e criatividade para buscar uma estratégia para chegar à melhor solução. Por exemplo, pensemos sobre o processo eleitoral. Durante períodos de eleições, esse cidadão poderá exercer seu direito escolhendo seus representantes com responsabilidade, ao invés de fazê-lo motivados pela ilusão gerada pela alienação, a qual uma pessoa menos sábia pode cair facilmente. Esse mesmo cidadão se preocupará em colher informações que julgue serem mais confiáveis e tomará uma atitude impulsionada unicamente por suas próprias decisões. Isso é parte da liberdade, e a escola pode e deve propiciar espaço para esse aprendizado e prática. Como vem acontecendo, de acordo com as professoras.

Claro que os julgamentos e posicionamentos de uma pessoa sobre determinado assunto poderão variar, mesmo entre as pessoas que tiveram a mesma educação em sala de aula. Questões éticas e morais são muito mobilizadas no momento de tomada de decisão. Evidencia-se, ao menos para a **P2**, que descreve de forma mais evidente, que a educação por valores é muito relevante em suas aulas. É possível supor que nas demais também.

Contudo, alega que tal ensino se desenvolve mais evidentemente em uma determinada disciplina: o ensino religioso. O que não é necessariamente algo ruim. O problema reside na afirmação que aponta para um distanciamento da ideia anteriormente mencionada ao longo do trabalho, sobre interdisciplinaridade e sobre fugir de tempos disciplinares bem definidos quando deveriam aproveitar todos os momentos dentro do ambiente escolar para apresentar e criar espaço para a prática dos alunos. “Se a escola educa para a cidadania pela prática, essa prática não pode ficar confinada a alguns momentos de regulação” (PERRENOUD, 2005, p.37). Estaria a educação para a cidadania ocorrendo no decorrer de um horário específico, mas não podemos afirmar nem descartar com plena certeza devido à pouca informação na descrição de atividades. O ponto positivo é que as discussões e reflexões estão sendo estimuladas nas escolas, lócus da pesquisa.

Essas mesmas atividades certamente seguem alguma diretriz ou norma. Nesse sentido, questionamos quais documentos as mesmas utilizam para direcionar seus planejamentos.

Quais documentos normativos (BNCC, PCN, por exemplo) e referenciais teóricos embasam os planejamentos referentes à educação para cidadania?
P1: Parâmetros Curriculares Nacionais e PCN'S e a Lei de Diretrizes e Bases
P2: BNCC.
P3: BNCC

Quadro 5 - Fonte: elaborado pela autora.

As respostas não surpreendem, porém, não de forma negativa. Pelo contrário, era de se esperar que se fizessem presentes nos planejamentos e nas práticas das professoras que contribuíram com a pesquisa. Tanto os PCN quanto a BNCC são documentos que foram elaborados para nortear os planejamentos, a seleção de conteúdos e programação das atividades educativas para a educação básica de sua época, inspirados tanto pela Constituição Federal de 1988, conforme já foi afirmado anteriormente, quanto pela LDB nº 9.394 de 1996, que têm em sua essência a formação para a cidadania. Ambos apresentam sugestões de conteúdo a serem trabalhados em cada disciplina, assim como Temas Transversais e interdisciplinares. Tais propostas tem por objetivo a democratização da educação no Brasil, ao garantir a formação igualitária a nível nacional, sem deixar de valorizar os contextos e especificidades locais, em especial a BNCC. (BRASIL, 2018).

A BNCC, que é o documento mais recentemente publicado que está em vigor e direciona o trabalho docente. Ainda assim, a **P1** sugere que os PCN ainda podem estar servindo como inspiração para o desenvolvimento do trabalho de professores no presente, conforme ela mesma afirma utilizar em suas referências, apesar de, oficialmente, não normatizarem o ensino, tendo sido substituídos pela BNCC. Todavia, certamente este último é mais consultado por educadores e escolas atualmente, tendo em vista seu caráter obrigatório.

A BNCC está fundamentada no conceito competências. As discussões sobre o conceito de competência, que está em evidência nas discussões pedagógicas há algumas décadas, inclusive estando presente na própria LDB no que se refere às finalidades gerais de ensino, expressam a intenção de se intervir no “saber fazer” do

aluno. O foco está na mobilização de conhecimentos, e não mais apenas no acúmulo de conteúdos que se espera serem úteis em algum momento da vida. É uma proposta que já apresenta nos currículos das escolas nacionais e internacionais.

No novo cenário mundial, reconhecer-se em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, analítico-crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável requer muito mais do que o acúmulo de informações. (BRASIL, 2018, p.14)

Nesse sentido, a BNCC define dez competências gerais que devem ser desenvolvidas até a conclusão do ensino básico no Brasil, que podem ser sintetizadas em: valorizar os conhecimentos historicamente construídos para explicar a realidade e colaborar na construção de uma sociedade mais justa; valorizar as ciências e seus recursos para o desenvolvimento do pensamento crítico, da criatividade, da capacidade de resolução de problemas; valorizar as diferentes culturas e manifestações artísticas e culturais e sua produção; desenvolver a capacidade de comunicação nas mais variadas formas de linguagem, bem como de argumentação com base em dados, sabendo extraí-los de informações e fontes confiáveis; valorizar a diversidade de saberes culturais e experienciais para se orientar nas relações estabelecidas no mundo social, do trabalho, de maneira autônoma, com liberdade, consciência e responsabilidade; reconhecer a si mesmo e ser capaz de cuidar da saúde física e emocional; manifestar a empatia, o espírito cooperativo, para que seja solidário e capaz reconhecer o outro em sua diversidade, suas identidades, saberes e cultura, sem preconceitos; ser capaz de agir pessoal e coletivamente (BRASIL, 2018).

Espera-se que, ao final da etapa de ensino básico, formem-se verdadeiros cidadãos, conscientes de suas obrigações para com a sociedade, solidário e empático para com o outro e suas diferenças, capaz de estabelecer uma boa convivência em sociedade. Que se reconheça enquanto autor de sua história, ao mesmo tempo em está consciente sobre suas ações, que de algum modo, essas ações terão repercussão na comunidade na qual está inserido, e assim, possa refletir antes de agir.

Apesar de as intenções serem as melhores no que tange a formação para a cidadania, não podemos esquecer que tudo que está por escrito são ideais de formação. São objetivos que mobilizam as ações educativas, e não estão contando

com as variáveis e possíveis dificuldades para cumpri-las. Deve-se ter em mente que estamos a lidar com pessoas e suas subjetividades, suas influências de fora do ambiente escolar, suas diferentes realidades, personalidades. Enfim, uma gama de possibilidades que pode gerar inúmeros desafios para se atingir a meta de formar cidadãos. Portanto, quisemos saber se as professoras reconhecem que há esses desafios e como fazem para superá-los.

Quais são os desafios enfrentados, se houver, com os quais você se depara na rotina da escola para trabalhar o tema da cidadania, e quais meios você busca para vencer os obstáculos?
P1: Os desafios são muitos. Eu sempre procuro usar como meio de trabalho gênero textual notícia que aborde temas voltados aos problemas apresentados como também o diálogo.
P2: Os meios são: rodas de conversas diárias com os alunos, planejamentos voltados para esse tema.
P3: O próprio contexto histórico das crianças já é desafiador diante de questões sobre cidadania.

Quadro 6 - Fonte: elaborado pela autora.

Afirmam que sim, há desafios, contudo, não aprofundam os comentários para que se tenha uma noção mais definida sobre como esses desafios se apresentam. Somente a **P3** destaca um dos desafios, sem mais detalhes. Aponta para o próprio contexto do aluno como desafio para se formar o cidadão. Essa questão é bastante ampla. Como vimos anteriormente, os alunos que frequentam as escolas da pesquisa são oriundos de bairros que apresentam vários problemas de infraestrutura. Para contorná-los, reafirmam que desenvolvem um trabalho de reflexão e conscientização da própria condição dos alunos. É algo que demanda tempo e paciência, pois com tantas adversidades na vida, podem se sobrepor em detrimento da educação que para esses sujeitos pode passar para um segundo plano, principalmente para as famílias. Nesse momento esbarramos na questão da sociedade pouco virtuosa a qual se refere Perrenoud. É nesse ponto que precisamos cuidar para não cair na ingenuidade de achar que a escola sozinha pode resolver os problemas da sociedade apenas ao “transmitir valores primordiais às novas gerações, ou, ainda, que a escola pode substituir as famílias incapacitadas de prover essa educação” (PERRENOUD, 2005, p.49).

Antes de frequentar a escola, esses alunos já recebem uma bagagem de conhecimentos provenientes de seus lares. A família fornece as primeiras orientações acerca da vida. Muitos desses alunos vivem em um contexto de vulnerabilidade, tendo que assistir às injustiças que o rodeiam e as dificuldades que suas famílias enfrentam para garantir a sobrevivência e o mínimo de dignidade. De acordo com o levantamento realizado pela **Escola R** no processo de elaboração do PPP, constatou-se que muitas das famílias têm de conviver com o desemprego, baixos salários e/ou recursos do governo. Cerca de 76% dos familiares eram analfabetos ou com baixa escolaridade, ou seja, como poderiam colaborar para a formação desses alunos para a cidadania quando a principal preocupação é conseguir os recursos básicos para sobreviverem? Quando o objetivo dessas famílias para com a educação é a suposta garantia de um futuro melhor através da formação para o mundo do trabalho.

A questão da cidadania pode ser um tema distante para quem vive nessa realidade. Esse contexto se choca com os objetivos da educação formal e a noção das famílias sobre educação. É uma realidade que demanda muita conversa, muita pesquisa para saber quem são esses sujeitos, como vivem e assim, poder traçar as questões mais pontuais e relevantes na comunidade que atende, e intervir sobre elas. O PPP mostra que há uma mobilização da escola nesse sentido, tanto para tomar conhecimento dos sujeitos, quanto para convidar essas famílias a manter um contato mais próximo com a instituição, facilitando um diálogo e propiciando um ambiente de colaboração e conscientização mútua.

Contornar as possíveis falhas na formação do cidadão que vive nessas condições exige desses professores um processo contínuo de construção e desconstrução de conceitos, tanto dos alunos, quanto de seus familiares. Não fica evidente em quais momentos essas atividades ocorrem, em relação a quais disciplinas, se fazem parte de projetos interdisciplinares. Quanto aos pais e familiares, realizam reuniões com certa frequência.

De qualquer maneira, é nítido que o foco nessas escolas está em fazer o aluno refletir sobre a situação em que se encontra, em acordo com a afirmativa que diz que “uma postura e uma conduta reflexivas permitem ao ator aprender com a experiência e refletir por si mesmo, sem ser prisioneiro do pensamento único ou das expectativas de seu meio” (PERRENOUD, 2005, p.131).

A postura da escola, e a iniciativa das professoras apontam para o objetivo de formação para a autonomia, base da educação para a cidadania. E um cidadão só pode se desenvolver em autonomia se for garantido construção de competências inerentes a ela. E essas competências perpassam os saberes da experiência, os saberes disciplinares e o desenvolvimento da razão e do pensamento crítico e reflexivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho se propôs a entender de que forma está ocorrendo a educação para a cidadania nos anos iniciais de escolas públicas em Mossoró/RN, no intuito de entender como as escolas e professores estão formando os sujeitos residentes em realidade local para o exercício da cidadania, e assim, poder contribuir com as discussões sobre o tema, buscando sempre melhoria na qualidade do ensino no município e na formação do cidadão.

O objetivo central da pesquisa consistiu em compreender como a educação para a cidadania está ocorrendo no município de Mossoró. Para isso, foi investigado no Projeto Político Pedagógico de uma escola de Mossoró as propostas pedagógicas para uma formação cidadã, assim como as práticas docentes referentes à educação para a cidadania em escolas públicas de Mossoró/RN. As falas das professoras que atuam na rede básica do município foram obtidas por meio de questionário virtual, lidas e analisadas, a fim de investigar as práticas que realizam em sala de aula, na escola e comunidade, com o intuito de formar para a cidadania. No entanto, somente um PPP foi disponibilizado. Para fins de apresentação, foram coletadas informações sobre a segunda escola no projeto elaborado para o Pibid, para o qual a escola foi parceira, buscando respostas para a questão que se coloca nesse processo: de que forma está ocorrendo a educação para a cidadania nos anos iniciais de escolas públicas em Mossoró/RN?

Conforme apontam os estudos e discussões realizados ao longo dos anos, o tema da cidadania não é novo, e retorna às pautas e discussões de tempos em tempos, para encontrar muito espaço nas discussões sobre educação. No Brasil, tem sido um assunto popular, principalmente desde as décadas de 1960 e 1970 e após o Regime Militar de 1964.

A educação sempre se mostrou um recurso essencial na formação de diversas sociedades, perpetuando e legitimando seus valores, crenças, moral, e forma de agir esperados para aquele espaço específico. No Brasil mostrou-se como sendo estratégia primária para que o objetivo de formar o cidadão se concretizasse. No mesmo momento da história do país, foi promulgada a nova Constituição Federal de 1988, que afirma no seu artigo 205 o objetivo da educação de formar para a cidadania.

Tomando como inspiração, documentos elaborados para organizar e nortear a educação nacional carregam em seus objetivos a formação para a cidadania. Aqui se encontra a relevância de realizar um estudo mais aprofundado sobre o tema, a fim de contribuir para com as discussões sobre o assunto, visando a melhoria no ensino, ao chamar atenção para o fato de que é dever de autoridades, órgãos competentes, universidades, direcionar seus esforços no preparo de quem está na dianteira do processo, o professor.

Definir o conceito de cidadania não é fácil. Verificou-se que tem sua origem na antiguidade clássica, ou seja, no mundo grego e, posteriormente ampliado, no mundo Romano. Adentrando na Era Medieval, após a queda de Roma, as monarquias absolutistas e a Igreja Católica assumem o controle das sociedades. Época marcada pelo teocentrismo, que cobriu as populações com um manto de ignorância, superstições, crenças infundadas sobre direito divino, resultando na exploração de sujeitos menos favorecidos, em um período conhecido como Feudalismo. Todas as conquistas alcançadas até este momento sofreram com a negação resultantes de regimes autoritários e domínio religioso. Contudo, entre os séculos XIV e XVI, algo começava a mudar. As antigas crenças medievais passam a ser questionadas e enfraquecerem, dando lugar ao Antropocentrismo, a valorização das ações humanas na escrita da história, das ciências e da razão. Iniciou-se o processo de transição da Era Medieval, para a Era moderna, período que ficou conhecida como Renascimento.

As ideias renascentistas levaram ao movimento conhecido como Iluminismo, que levaria a uma revolução na forma de enxergar e pensar o mundo, e inspiraria as grandes revoluções burguesas, como a Revolução Inglesa, Americana e Francesa, que resgatou da antiguidade e reformulou os conceitos de cidadania e cidadão, assim como a educação ocidental. Ideais de liberdade, de autonomia, de progresso sociais foram o centro das discussões que se refletem até os dias atuais, e ainda se ligam ao conceito de cidadania. Também foram definidos, além de direitos políticos, os direitos civis e sociais, inspirados, pelos ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade expressados durante a Revolução Francesa, e nas Cartas Constitucionais resultantes dessas revoluções, bem como na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. As lutas para erradicar mazelas sociais foram integradas ao conceito devido a necessidade de garantir os mesmos direitos, a mesma liberdade e igualdade para todos.

No Brasil, o processo de construção da cidadania não contou com participação tão ativa da população como se verifica em países europeus, e sim com a concessão de direitos, sendo marcado por vários momentos de progressos e retrocessos. Alguns males já mencionados, como vícios institucionais e culturais de nossa política e sociedade, baixa adesão e participação popular nas lutas, escravidão, populismos, nacionalismo, coronelismo, bem como outros males, ainda influenciam na forma como agimos em sociedade, e no modo como entendemos a cidadania. Entre eles, o maior dos males, sem dúvida, foi o quase que total descaso pela educação. Vimos que a educação tem forte influência na construção de uma sociedade. A desvalorização da educação na história do Brasil contribuiu para formar indivíduos iletrados e sem consciência política (CARVALHO, 2018). Uma população sem essas características tende a adotar uma postura conformista e passiva frente ao controle de governantes mal-intencionados e com as “benesses” que concedem para satisfazer as necessidades imediatas da população. Isso aconteceu na Era Vargas, quando houve uma valorização de direitos sociais, que não era uma conquista da população, e sim uma estratégia para garantir a popularização de um governo, por vezes, ditatorial.

Em 1964, o Brasil passa por um novo momento de destruição da democracia e da cidadania, com a imposição do Regime Militar. Época marcada pela negação e cassação de direitos civis e políticos, principalmente daqueles que se opunham ao governo, assim como o decreto de Atos Institucionais, que serviram para legitimar as ações desse regime. Com o fim da Ditadura, o país inicia uma nova fase de redemocratização. Marca o início do período em que o país passa por um novo momento de abertura política e de redemocratização iniciado em 1985. Período muito delicado da nossa história. O novo contexto exigia um cidadão consciente de sua responsabilidade para com a nova realidade. Com isso, a educação e a formação de um cidadão consciente entravam em pauta nas discussões.

O tema da cidadania foi resgatado como sendo a solução mais eficaz para solidificar a democracia no contexto brasileiro. Porém, devemos ter em mente que a escola é fruto da sociedade (PERRENOUD, 2005). Se a sociedade brasileira sofre com essas lacunas históricas de formação do cidadão, não podemos esperar que a realidade seja modificada por mágica. Perceber a necessidade de aprimoramento na educação dos futuros cidadão é primordial para que ocorram as devidas modificações.

Faz necessário um trabalho de formação dos professores da educação básica, visto que esses são os principais agentes na promoção da educação, tendo eles mesmo sofrido com as mesmas influências de mazelas já mencionadas e perpetuadas na história brasileira. São fruto da mesma educação. Antes de tudo, deve ser feito um trabalho de reforço da conscientização desses professores.

Em sala de aula, as atividades que os professores devem desempenhar precisam estar em sintonia com metodologias ativas de ensino-aprendizagem, nas quais o aluno seja o centro do processo de ensino e aprendizagem. Metodologias que convidem o aluno a participar de discussões sobre temas diversos veiculados na mídia, sobre a própria realidade, mobilizando a razão, o pensamento crítico, frente a questões sensíveis. Ou seja, levando a um processo de conscientização sobre a realidade; incentivem a tomada de decisão, dando voz ao aluno para que possa tomar parte nas determinações sobre a rotina e as ações da escola. As ações da escola devem estar vinculadas com toda a comunidade, a qual a escola atende, para que a aprendizagem seja mais eficiente. O compromisso com a educação deve ser mútuo, pois a educação, além de um direito fundamental, também é condição para a cidadania.

Além disso, a escola precisa repensar seus currículos, pois muitas vezes, está focada em conteúdo que se espera um dia serem usados, principalmente em estudos futuros, ou no mundo do trabalho. Pensadores como Perrenoud (2005), já vêm discutindo a educação para o desenvolvimento de competências, que são a capacidade de resolução de problemas com base na mobilização de vários conhecimentos, tanto os disciplinares, quanto experiências. A BNCC carrega em si a meta para o desenvolvimento de competências ao elencar 10 que são universais, e devem ser desenvolvidas durante toda a etapa da educação básica.

Portanto, uma redução na quantidade de conhecimentos por disciplinas deve ser cogitada para que sejam priorizados aqueles essenciais para a vida do aluno. A escola também deve se comprometer em promover situações nas quais os alunos possam mobilizá-las, proporcionando amplo espaço para maior participação nas questões escolares, trazendo as que se apresentam na realidade da comunidade, levando o aluno a se posicionar e buscar a melhor maneira de solucionar os problemas.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico da **Escola R**, confirma-se que a educação para a cidadania é objetivo fundamental da formação dos alunos que a frequentam. A escola está comprometida com a formação do cidadão em Mossoró, a começar pela aproximação que tem com a comunidade onde está inserida. A própria construção do PPP foi realizada em conjunto com os profissionais que atuam na escola e com os familiares dos alunos. Trabalhando em uma perspectiva sócio construtivista, na qual o aluno é o centro da ação educativa, tendo seus conhecimentos prévios valorizados, pretende desenvolver nos sujeitos as habilidades cognitivas, a solidariedade e amor ao próximo, assim como a responsabilidade por sua aprendizagem, características expressas no PPP como sendo essenciais para a formação do cidadão.

As falas das professoras expressam a importância que dão ao tema da cidadania, reconhecendo enquanto sujeito de direitos e deveres, capaz de estabelecer uma relação de convivência saudável em sociedade. A maioria afirma que teve algum contato com o tema ainda durante a graduação, e demonstram que, assim como as escolas, estão comprometidas com a formação do cidadão, pois estão a buscar conhecimentos para melhor desempenhar suas atividades. Não deram muitos detalhes a respeito de quais ações desenvolvem em sala de aula. O que ficou muito evidente é que procuram estimular o pensamento crítico e o desenvolvimento da consciência em seus alunos, pois todas afirmaram desenvolver atividades que levem os alunos à busca de informações através de leitura, questionamentos, debates que se baseiam em situações problemas. Juntamente nesse processo, buscam desenvolver nos alunos os valores universais como respeito, generosidade, solidariedade, bondade, cooperação, que julgam essenciais para a formação do cidadão.

Os instrumentos de análise, PPP e falas das professoras, permitiram conhecer a forma como as escolas e professores estão desenvolvendo seus trabalhos para a formação cidadã, e afirmar que estão no caminho certo. A partir dos dados coletados, é possível concluir que a formação para a cidadania em Mossoró/RN é prioridade, e está ocorrendo em parceria entre a escola e comunidade, em um processo que prioriza o diálogo e a conscientização dos alunos, frente as questões sociais e pessoais. As ações das escolas levam em consideração a realidade dos sujeitos, tanto dos alunos como de suas famílias e comunidade,

trazendo questões desse contexto para serem debatidos em sala de aula. Alinhados aos objetivos expostos na Constituição Federal e à BNCC, conforme afirmado pelas professoras, buscam desenvolver nos alunos os valores, consciência, e competências para que estejam preparados para o exercício da cidadania.

Espera-se que este estudo, de alguma forma, possa contribuir com as discussões sobre o tema da cidadania está sendo tratado em um contexto mais próximo, incentivando a busca de conhecimento por parte dos professores da rede básica, de futuros professores, além de fornecer dados que possam ser utilizados para o desenvolvimento de pesquisas futuras, ampliar a visão da realidade na educação do município de Mossoró, assim como convidar a comunidade acadêmica e escolar para a reflexão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Emendas Constitucionais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 24 abr. 2022.

_____. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2022.

_____. **Lei nº9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 24 abr. 2022.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CARVALHO, Alexsandro D. de; ALVES, Luís A. Marques. **A cidadania e a política educacional do governo Fernando Henrique Cardoso**. Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 6, n. 3, dez, 2013. Disponível em: <<http://www.ppphis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/243/176>>. Acesso em: 23 mar. 2022.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 24ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. 256 p.

CREMONESE, Dejalma. **A Difícil Construção da Cidadania no Brasil**. Desenvolvimento em Questão, [S. l.], v. 5, n. 9, p. 59–84, 2007. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/137137>>. Acesso em: 03 out. 2021.

ESCOLA ESTADUAL J. N. **Projeto Político Pedagógico**. Mossoró, 2019.

FERREIRA, Nilda Teves. **Cidadania**: Uma Questão Para a Educação. 1ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. 266 p.

FUNARI, Pedro Paulo. **A cidadania entre os romanos**. In: PINSKY, Jaime, Carla Bressanezi Pinsky, (orgs.). História da Cidadania. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 49-79.

GADOTTI, Moacir. **Escola Cidadã**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1995. 78 p.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p.

GUARINELLO, Norberto Luiz. **Cidades-estado na Antigüidade Clássica**. In: PINSKY, Jaime, Carla Bressanezi Pinsky, (orgs.). *História da Cidadania*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 29-47.

HULLEN, Angélica Cristina Nagel. **Cidadania e direitos sociais no Brasil: um longo percurso para o acesso aos direitos fundamentais**. *Rev. secr. Trib. perm. revis.*, Asunción, v. 6, n. 11, p. 213-227, 2018. Disponível em: <http://scielo.iics.una.py/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2304-78872018001100213&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 dez. 2021.

JESUS, Camila Vian de; MENDONÇA, Eduarda F. L. de; KIRSTEN, Martin B. **Estado novo (1937-1945): a concepção de desenvolvimento, o funcionamento estatal, as políticas econômicas e o seu legado para o desenvolvimento do Brasil**. 2017. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/sul/2017/submissao/files_/i1-ee2299c1c9832241a019300ac380088a.pdf>. Acesso em 24 abr. 2022.

KARNAL, Leandro. **Estados Unidos, liberdade e cidadania**. In: PINSKY, Jaime, Carla Bressanezi Pinsky, (orgs.). *História da Cidadania*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 135-157.

KONDER, Leandro. **Idéias que romperam fronteiras**. In: PINSKY, Jaime, Carla Bressanezi Pinsky, (orgs.). *História da Cidadania*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 171-189.

LEAL, Eduardo Lemos. **Reflexões sobre a questão da cidadania na história das ideias**. 2013. Dissertação (mestrado) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Campus Ijuí e Santa Rosa). Educação nas Ciências, Ijuí, 2013. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/2314>>. Acesso em: 13 set. 2021.

LIMA, Carolina Alves de Souza. **Revoluções burguesas: contribuições para a conquista da cidadania e dos direitos fundamentais**. *Unisul de Fato e de Direito: revista jurídica da Universidade do Sul de Santa Catarina*, [S.l.], v. 7, n. 12, p. 95-114, mar. 2016. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/U_Fato_Direito/article/view/3588/2559>. Acesso em: 03 out. 2021.

LUCA, Tânia Regina de. **Direitos sociais no Brasil**. In: PINSKY, Jaime, Carla Bressanezi Pinsky, (orgs.). *História da Cidadania*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 469-493.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. **O que é cidadania**. 3ª ed. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2001. 80 p.

MARTIN, João Alberto Prado; OLIVEIRA, Edmundo Alves. **A Declaração Universal dos Direitos Humanos e a educação brasileira**. *Revista Eletrônica da Educação*, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 35-46, feb. 2019. Disponível em: <http://revista.fundacaojau.edu.br:8078/journal/index.php/revista_educacao/article/view/57>. Acesso em: 20 mai. 2021.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete temas transversais. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/temas-transversais/>>. Acesso em: 03 mai. 2022.

MONDAINI, Marco. **O respeito aos direitos dos indivíduos**. In: PINSKY, Jaime, Carla Bressanezi Pinsky, (orgs.). *História da Cidadania*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 49-79.

MORAIS, Ingrid Agrassar. **A construção histórica do conceito de cidadania: o que significa ser cidadão na sociedade contemporânea?** 2013. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/7598_5556.pdf>. Acesso em 17 mai. 2021.

ODALIA, Nilo. **A liberdade como meta coletiva**. In: PINSKY, Jaime, Carla Bressanezi Pinsky, (orgs.). *História da Cidadania*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 49-79.

OLIVEIRA, Paula Julieta Jorge de. **A cidadania é para todos: direitos, deveres e solidariedade**. Caderno Virtual, [S. l.], v. 1, n. 21, 2010. Disponível em: <<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/cadernovirtual/article/view/391>>. Acesso em: 22 mar. 2022.

PERRENOUD, Philippe. **Escola e cidadania: o papel da escola na formação para a democracia**. 1ª ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2005. 184 p.

PINSKY, Jaime, Carla Bressanezi Pinsky, (orgs.). **História da Cidadania**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2003. 592 p.

REZENDE FILHO, Cyro de Barros; CÂMARA NETO, Isnard de Albuquerque. **A evolução do conceito de cidadania**. Revista de Ciências Humanas da UNITAU, v. 7, n. 2, 2001.

RUBEM, Alves. **Gaiolas ou asas: A arte do voo ou a busca da alegria de aprender**. 1ª ed. São Paulo: ASA, 2004. 128 p.

SANTOS, Marcos Pereira dos. **A pedagogia filosófica do movimento iluminista no século xviii e suas repercussões na educação escolar contemporânea: uma abordagem histórica**. *Imagens da Educação* ISSN 2179-8427, v. 3, n. 2, p. 1-13, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ImagensEduc/article/view/19881>>. Acesso em: 24 abr. 2022.

SERRANO, Glória Pérez. **Educação e valores: como educar para a democracia**. 2ª ed. Porto Alegre: Artemed Editora, 2002. 264 p.

SILVA, Paula Pires da; TRAMONTINA, Robinson. **A evolução do reconhecimento dos direitos humanos de primeira dimensão**. Unoesc International Legal Seminar, [S. l.], p. 307-320, 2014. Disponível em: <<https://unoesc.emnuvens.com.br/uils/article/view/4227>>. Acesso em: 24 abr. 2022.

SINGER, Paul. **A cidadania para todos**. *In*: PINSKY, Jaime, Carla Bressanezi Pinsky, (orgs.). História da Cidadania. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 191-263.

SOUZA, Míria Helen Ferreira de; MORAIS, Marcelo Bezerra de. **Subprojeto – Pedagogia e práticas educativas**: Formação docente tecida a várias mãos. Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID. Uern. Mossoró, 2018.

VEIGA, Ilma Passos. **Projeto Político-Pedagógico da escola**: Uma construção possível. 29ª ed. São Paulo: Papirus, 2013. 196 p.

APÊNDICE

Questionário: Educação para a cidadania no município de Mossoró/RN

Bem-vinda(o)s ao questionário Educação para Cidadania em Mossoró/RN! Obrigada por participar! Sua participação é muito importante para o desenvolvimento dessa pesquisa.

O presente questionário pretende investigar COMO AS ESCOLAS PÚBLICAS DE MOSSORÓ/RN ESTÃO TRABALHANDO PARA EDUCAR OS ALUNOS PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA.

Pretende-se CONHECER AS PRÁTICAS DOCENTES REFERENTES À EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA EM ESCOLAS PÚBLICAS DE MOSSORÓ/RN.

Os dados obtidos serão utilizados para o desenvolvimento do trabalho de monografia intitulado EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA EM ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ/RN, de autoria de Adeilza Pereira Wanderley, aluna do 8º período do curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, sob a orientação do professor Alexsandro Donato Carvalho.

O anonimato das identidades da(o)s entrevistada(o)s está garantido. As informações prestadas serão utilizadas para fins acadêmicos. A veracidade das informações é muito importante.

Em caso de dúvidas ou problemas para responder o questionário, entre em contato através do seguinte e-mail: adeilzagaldino@alu.uern.br.

1. Faixa etária

- | | |
|---------------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> 20 a 30 anos | <input type="checkbox"/> 31 a 40 anos |
| <input type="checkbox"/> 41 a 50 anos | <input type="checkbox"/> Mais de 50 anos |

2. Gênero

- | | |
|-----------------------------------|------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Feminino | <input type="checkbox"/> Masculino |
|-----------------------------------|------------------------------------|

3. Formação

Graduação Especialização

Mestrado Doutorado

4. Tempo de atuação profissional

5. Em qual série/ano você está atualmente? Em qual escola?

6. O que significa ser cidadã(ão)?

7. Durante sua graduação, você participou de discussões a respeito do tema Educação para a Cidadania? Por exemplo, em eventos, disciplinas, programas formativos e outros. Se sim, que significado teve/tem para você e como contribuiu para sua formação e atuação na escola?

8. Você acredita ser relevante um ensino voltado para uma formação cidadã? Por quê?

9. Quais práticas você desenvolve em sala de aula visando a formação cidadã? Descreva como essas atividades são realizadas, por exemplo, por meio de discussões sobre temas variados, projetos, ações na escola e/ou na comunidade. Como você avalia os resultados dessas atividades?

10. Quais documentos normativos (BNCC, PCN, por exemplo) e referenciais teóricos embasam os planejamentos referentes à educação para cidadania?

11. Quais são os desafios enfrentados, se houver, com os quais você se depara na rotina da escola para trabalhar o tema da cidadania, e quais meios você busca para vencer os obstáculos?

12. Em caso de necessidade de mais informações para a produção da pesquisa, podemos entrar em contato novamente?

Sim

Não